

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**  
ISSN 1980-9867

**422**  
**DO NACIONAL AO GLOBAL.**  
**UMA TRAJETÓRIA**  
**Gustavo Lins Ribeiro**  
**Brasília, 2008**

Memorial: concurso público para professor titular  
Departamento de Antropologia da UnB  
Área: Teoria Antropológica

**Universidade de Brasília**  
**Departamento de Antropologia**  
**Brasília**  
**2008**

**Série Antropologia** é editada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, desde 1972. Visa a divulgação de textos de trabalho, artigos, ensaios e notas de pesquisas no campo da Antropologia Social. Divulgados na qualidade de textos de trabalho, a série incentiva e autoriza a sua republicação.

ISSN Formato Impresso: 1980-9859

ISSN Formato Eletrônico: 1980-9867

1. Antropologia 2. Série I. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Solicita-se permuta.

**Série Antropologia Vol. 422**, Brasília: DAN/UnB, 2008.



*Universidade de Brasília*

**Reitor:** Roberto Armando Ramos de Aguiar

**Diretor do Instituto de Ciências Sociais :** Gustavo Lins Ribeiro

**Chefe do Departamento de Antropologia:** Lia Zanotta Machado

**Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia:** Wilson Trajano Filho

**Coordenadora da Graduação em Antropologia:** Marcela Stockler Coelho de Souza

**Conselho Editorial:**

Lia Zanotta Machado

Wilson Trajano Filho

Marcela Stockler Coelho de Souza

**Editora Assistente:**

Marcela Stockler Coelho de Souza

**Editoração Impressa e Eletrônica:**

Rosa Venina Macêdo Cordeiro

## EDITORIAL

A Série Antropologia foi criada em 1972 pela área de Antropologia do então Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, passando, em 1986, a responsabilidade ao recente Departamento de Antropologia. A publicação de ensaios teóricos, artigos e notas de pesquisa na Série Antropologia tem se mantido crescente. A partir dos anos noventa, são cerca de vinte os números publicados anualmente.

A divulgação e a permuta junto a Bibliotecas Universitárias nacionais e estrangeiras e a pesquisadores garantem uma ampla circulação nacional e internacional. A Série Antropologia é enviada regularmente a mais de 50 Bibliotecas Universitárias brasileiras e a mais de 40 Bibliotecas Universitárias em distintos países como Estados Unidos, Argentina, México, Colômbia, Reino Unido, Canadá, Japão, Suécia, Chile, Alemanha, Espanha, Venezuela, Portugal, França, Costa Rica, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A principal característica da Série Antropologia é a capacidade de divulgar com extrema agilidade a produção de pesquisa dos professores do departamento, incluindo ainda a produção de discentes, às quais cada vez mais se agrega a produção de professores visitantes nacionais e estrangeiros. A Série permite e incentiva a republicação dos seus artigos.

Em 2003, visando maior agilidade no seu acesso, face à procura crescente, o Departamento disponibiliza os números da Série em formato eletrônico no site [www.unb.br/ics/dan](http://www.unb.br/ics/dan).

Ao finalizar o ano de 2006, o Departamento decide pela formalização de seu Conselho Editorial, de uma Editoria Assistente e da Editoração eletrônica e impressa, objetivando garantir não somente a continuidade da qualidade da Série Antropologia como uma maior abertura para a inclusão da produção de pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais, e a ampliação e dinamização da permuta entre a Série e outros periódicos e bibliotecas.

Cada número da Série é dedicado a um só artigo ou ensaio.

Pelo Conselho Editorial:  
Lia Zanotta Machado

## SUMÁRIO

### **Título: Do Nacional ao Global. Uma Trajetória**

#### **Resumo:**

Descrevo como a partir de um interesse inicial em questões locais e nacionais terminei estudando a globalização em uma perspectiva antropológica. A comparação da construção de Brasília com a construção de outros grandes projetos, como a Hidroelétrica de Yacyretá, levou-me ao estudo de formas de produção, elites, ideologias e discursos vinculados à expansão global do capitalismo. Após oferecer duas definições de trabalho de globalização, apresento cinco noções que julgo cruciais para qualquer análise da globalização: sistema mundial, compressão do espaço-tempo, níveis de integração, panoramas e segmentação étnica do mercado de trabalho. Considero, então, três dimensões interligadas da globalização - a circulação de pessoas, mercadorias e informação - por meio de diferentes estudos antropológicos que realizei durante minha carreira acadêmica.

**Palavras-chave:** antropologia da globalização; circulação de pessoas, mercadorias e informação; transnacionalismo.

### **Title: From the national to the global level. A trajectory**

#### **Abstract:**

I describe how from an initial interest in local and national issues I ended up studying globalization from an anthropological perspective. The comparison of the construction of Brasilia to the construction of other large-scale projects, such as the Yacyreta Hydroelectric Dam, led me to the study of forms of production, elites, ideologies and discourses linked to the global expansion of capitalism. After giving two working definitions of globalization, I present five notions that I deem to be crucial for any analysis of globalization: world system, time-space compression, levels of integration, scapes and ethnic segmentation of the labor market. I then consider three intertwined dimensions of globalization - the circulation of people, commodities and information - by means of different anthropological studies I made during my academic career.

**Keywords:** anthropology of globalization; circulation of people, commodities and information; transnationalism.

## Í N D I C E

I) Prólogo .....	07
II) Do nacional ao global .....	07
III) Perspectivas antropológicas sobre a globalização .....	14
1. Definições .....	14
2. Cinco noções centrais .....	15
IV) Pesquisando antropológicamente a globalização .....	18
1. Aumento da circulação de coisas .....	18
2. Aumento da circulação de pessoas .....	20
3. Aumento da circulação de informações .....	24
a. Ideologias e matrizes discursivas globais .....	24
b. Comunidade transnacional imaginada-virtual e o espaço- público-virtual .....	27
c. Cosmopolíticas e pós-imperialismo .....	30
d. Antropologias do mundo .....	33
V) Considerações complementares .....	37
VI) Epílogo .....	39
VII) Referências .....	39

## DO NACIONAL AO GLOBAL.

### UMA TRAJETÓRIA<sup>1</sup>.

Gustavo Lins Ribeiro

#### I) PRÓLOGO.

Um memorial demanda um estilo próprio ainda que dificilmente reconhecível enquanto tal. Não se trata de uma autobiografia, pois se destina a fazer parte de um ritual acadêmico, de um concurso, com impacto sobre a carreira de quem o escreve. Portanto, não é um texto desinteressado ou apenas voltado à apresentação, memorialista, de uma vida que se (auto) percebe como interessante. Tampouco se trata de um mero comentário, cansativo e monótono, do *curriculum vitae* de alguém. A aridez de semelhante empreendimento tornaria a leitura extremamente maçante. Assim, imagino que seja sempre difícil, para o autor de um memorial, escolher a melhor maneira de apresentar sua trajetória evitando escorregar para o cabotinismo, para um narcisismo de mau gosto ou, simplesmente, para a sensaboria burocrática. Talvez seja impossível manter-se em terra firme, todo o tempo.

De qualquer forma, parece ser comum escrever um memorial apenas uma vez. São sempre mais caprichosos os exercícios únicos, já que não podem ser aperfeiçoados por versões subsequentes. O que fazer, então? Optei por uma apresentação que combina tanto uma visão retrospectiva da minha trajetória acadêmica, quanto a delimitação de um campo em que fui, cada vez mais fortemente, me inserindo e para o qual tenho dedicado quase toda minha atenção e energia: a antropologia da globalização. Como saber se acertei no tom? Não há outra maneira: entrego-me, mais uma vez, aos leitores.

#### II) DO NACIONAL AO GLOBAL

Comecei a fazer antropologia por acaso, pois tinha orientado minha graduação em Ciências Sociais na Universidade de Brasília para uma habilitação em sociologia. Mas, em 1975, quase ao término do bacharelado, descobri, em um curso sobre Antropologia da Religião, ensinado por Eurípedes da Cunha Dias, o valor de uma antropologia engajada, de uma etnografia preocupada com a perspectiva do povo brasileiro. A fascinação com o método etnográfico e com a produção sobre o campesinato, sobre os trabalhadores, sobre as classes populares brasileiras, de antropólogos como Lygia Sigaud, José Sérgio Leite Lopes, Otávio G. Velho, Ruth Cardoso e Eunice Durham, iria influenciar fortemente minha decisão de ser um antropólogo. Assim, sob a orientação de Eurípedes da Cunha Dias, resolvi, no primeiro semestre de 1976, fazer uma monografia de graduação a partir de uma pesquisa etnográfica realizada no local “mais popular” de Brasília: a estação rodoviária. Talvez precocemente, pois, à época, a categoria “meninos

---

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado como Memorial em concurso para Professor Titular do Departamento de Antropologia da UnB, realizado em abril de 2008.

de rua” não existia, escolhi trabalhar com crianças, meninos que, vendedores clandestinos, ofereciam, nos seus tabuleiros, amendoins e doces aos passageiros nas filas à espera dos ônibus. Passei meses com eles, aprendendo a relativizar minha condição de classe média e a entrar em um mundo estruturado pela pobreza, a perda precoce da infância e pelos temidos fiscais do governo do Distrito Federal. “O País que Está Roubando os Amendoins” (Ribeiro, 1976) foi meu primeiro trabalho resultante de uma pesquisa. Serviu, de acordo com o examinador da monografia, Roberto Cardoso de Oliveira, para fechar a contento minha graduação ao mesmo tempo em que consolidou de tal maneira o valor da etnografia e da perspectiva antropológica que decidi fazer mestrado em antropologia na UnB, já, então, um prestigiado programa de pós-graduação.

Apesar da ditadura militar, a década de 1970 foi muito marcada nas ciências sociais por uma adesão ao marxismo. Claro que, na antropologia, a presença do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss também foi notável. Entretanto, para mim, já desde o secundário, inconformado com as injustiças sociais gritantes do nosso país, o marxismo e, bem depois, alguns pós-estruturalismos, como o de Michel Foucault, me atraíram fortemente. É certo que, de uma maneira ou de outra, no meu círculo estudantil, muitos éramos algum tipo de marxista, especialmente se pensarmos naqueles que, como eu, tinham se aproximado da antropologia pelo que ela permitia de engajamento com perspectivas populares. Mas, havia ao mesmo tempo - uma das maiores heranças que recebi no mestrado em Brasília - a consciência de que a ortodoxia, qualquer ortodoxia, era paralisante, sufocante e reducionista.

O mestrado era um exercício denso e longo, quatro anos. No seu decorrer, a política da ditadura militar quase me retira do campo acadêmico. Em 1977, no meu primeiro ano como mestrando, em decorrência da adesão a uma longa greve estudantil na UnB, um movimento fundamental para o desenvolvimento da campanha pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, fui preso, com outros estudantes, mantido em prisão preventiva por 31 dias e processado pela Lei de Segurança Nacional. Tempos pesados aqueles em que um jovem democrata era ameaça à segurança do Brasil! Embora me tivesse sido oferecida a oportunidade de sair de Brasília para continuar os estudos no Rio de Janeiro, resolvi permanecer na UnB. Logo em seguida, com um pequeno grupo de colegas, decidimos fazer nossas dissertações sobre temas do “interesse do povo brasileiro”. Na cabeça, o compromisso, que julgávamos típico da nossa antropologia, de revelar as causas das desigualdades e buscar os caminhos para superá-las, visando a contribuir para uma nação mais justa. Na verdade, muitos antropólogos brasileiros, alguns dos quais já mencionados e bem mais seniores do que aqueles jovens aprendizes, eram nossas fontes de inspiração e certezas. Tratava-se de um momento marcado pelo que Otávio Velho (1980) chamou de “populismo althusseriano”, por uma crítica ao véu da “ideologia dominante” que encobria a realidade, alienando os protagonistas da transformação política e social. Hoje, parece-me, como escrevi no prefácio de meu último livro (Ribeiro, 2006), que muitos antropólogos brasileiros estavam fazendo *avant la lettre* o que, posteriormente, os indianos chamariam de “estudos subalternos”.

Assim, não por acaso, minha dissertação de mestrado foi um estudo sobre a construção de Brasília, em meados da década de 1950, a partir da perspectiva dos trabalhadores da construção civil. Nos finais dos anos 1970, Lygia Sigaud, de quem eu lera e admirara “A Nação dos Homens: uma análise regional de ideologia” (1972), um estudo sobre o trabalhador rural da zona da Mata, no sul de Pernambuco, trabalhava no Museu Nacional (RJ), mas mudou-se a Brasília temporariamente, tornando-se orientadora da minha dissertação. “O Capital da Esperança. Brasília: um estudo sobre



uma grande obra da construção civil” (Ribeiro, 1980) iria pautar meu futuro acadêmico por quase quinze anos. Se, no começo, o objetivo principal era fazer um contraste entre a “ideologia dominante” e a história popular da construção da capital federal, aos poucos, a dissertação consolidou-se como o primeiro passo para propor a existência de uma forma de produção, os grandes projetos da construção civil, vinculada à expansão de sistemas econômicos.

A pesquisa com a memória dos trabalhadores, sobre a história popular, rendeu, de certo, frutos importantes. Foi responsável, por exemplo, por minha primeira publicação, o artigo “Arqueologia de uma cidade. Brasília e suas cidades satélites” (Ribeiro, 1980a, 1982). Nele, mostro como as contradições entre os movimentos populares por habitação, o planejamento urbano e as autoridades responsáveis pela construção da capital, definiram a existência de cidades satélites proletárias e periféricas, antes mesmo da inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960. As relações de classe, históricas, haviam, assim, marcado definitivamente a configuração espacial do Distrito Federal. O materialismo histórico mostrava, claramente, sua capacidade heurística e metodológica. Este foi o primeiro trabalho totalmente dedicado à experiência da classe trabalhadora na construção de Brasília e continuou a ser editado em outros momentos (Ribeiro, 1999). Curiosamente, seria o meu primeiro artigo a ser publicado em japonês (Ribeiro, 2006a). Um capítulo da dissertação, sobre os acampamentos das empreiteiras na construção de Brasília, foi publicado como artigo de uma coletânea (Ribeiro, 1992).

A força da historiografia, sustentada em pesquisa de campo (sobretudo no depoimento de trabalhadores), de arquivos de documentos e jornais, serviu de apoio a vários outros pesquisadores, historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos, como, por exemplo, James Holston (1993), autor do trabalho mais conhecido sobre Brasília. Talvez seja esta força que faça com que o interesse por “O Capital da Esperança” mantenha-se até o presente, como prova sua edição em espanhol na Argentina (Ribeiro, 2006), vinte e seis anos após ser escrito e a sua publicação, este ano, no Brasil (Ribeiro, 2008). Uma resenha do livro na Argentina o considerou “uma excelente etnografia que incorpora o relato histórico de uma das obras mais emblemáticas da América Latina, ao mesmo tempo em que representa um contexto de produção intelectual latino-americana marcada pela recuperação das vozes silenciadas pela dominação” (Garcia e Palermo, 2007: 367). Ao estudar a construção de Brasília, creio ter contribuído para a compreensão de momento importante na história do Brasil, assim como para o conhecimento da realidade local, já que os próprios brasilienses desconheciam em grande medida como tinha sido a experiência única, épica e muitas vezes dramática, da construção da nova capital federal.

Entretanto, havia, na pesquisa, mais do que a história proletária da cidade e um debate contra a ideologia dominante tão bem representada por livros como “Porque Construí Brasília”, de Juscelino Kubitschek. Quando escrevia os últimos capítulos, estava em curso, em plena selva amazônica, no Pará, a construção da hidroelétrica de Tucuruí. As notícias publicadas em diversos jornais chamaram a minha atenção para a similaridade entre as experiências dos trabalhadores na construção de Brasília nos finais dos anos 1950 e aquelas dos trabalhadores em Tucuruí, nos finais dos anos 1970. A que se deviam essas similaridades? Nada como uma boa pergunta para mover a imaginação de um pesquisador. Na conclusão da dissertação de mestrado, eu já indicava a necessidade de comparar a construção de Brasília à construção de Tucuruí. Iria, de fato, passar toda a década de 1980 envolvido com este tópico.

O mestrado na UnB também foi uma oportunidade para desenvolver meu conhecimento antropológico em um meio acadêmico de excelência. À época havia um

conjunto de professores que marcaram minha forma de encarar a antropologia e a própria vida acadêmica, com sua ética, etiqueta e dinâmicas próprias. Destaco Roberto Cardoso de Oliveira, Júlio Cesar Melatti e Alcida Rita Ramos. Após o mestrado trabalhei, entre fevereiro de 1981 e agosto de 1982, como professor no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (campus de Campina Grande). Foi positivo ter uma experiência docente enquanto me preparava para entrar em um programa de doutorado, fato que ocorreu em meados de 1982 quando fui aceito pelo *Ph.D. Program in Anthropology* da *City University of New York*. Minha mudança a Nova Iorque deveu-se aos contatos que mantive com Daniel Gross, professor da CUNY que, como professor visitante, havia lecionado na pós-graduação da UnB. A CUNY também me atraía porque nela se encontravam várias lideranças da antropologia de esquerda norte-americana, em especial, Eric Wolf, cujos trabalhos eu admirava. De fato, os artigos dele e de Sidney Mintz sobre *plantations* eram a minha principal fonte de inspiração para pensar os grandes projetos de infra-estrutura como uma forma de produção associada à expansão do capitalismo. Esta perspectiva teórico-metodológica que assumi, colocava os grandes projetos, imediatamente, no reino da história e da comparação.

Cheguei na CUNY em agosto de 1982 e logo fiz um curso, com Eric Wolf, sobre Campesinatos e Classes Operárias no Mundo. Só depois, ao ser convidado para a festa de lançamento de *Europe and the People without History*, em dezembro de 1982, é que me dei conta que o curso era sobre este que talvez seja o mais genial dos livros de Wolf. Wolf era poliglota, o português era uma das línguas que lia (Darcy Ribeiro lhe mandava os trabalhos que publicava). Após sua leitura da minha dissertação sobre Brasília, tivemos uma conversa que iria mudar definitivamente os rumos da minha trajetória. Comentei que pretendia, na tese de doutorado, comparar a construção de Brasília com a construção de Tucuruí. Ele elogiou a idéia e sugeriu que, enquanto estivesse fazendo os créditos de disciplinas que necessitava, estudasse grandes projetos de infra-estrutura como a construção dos canais de Suez e Panamá, das grandes estradas de ferro norte-americanas, etc. Nesse momento, passei a pensar em escala global, o horizonte nacional que tinha caracterizado minhas preocupações configurou-se como um horizonte dentre outros. Isto somou-se a uma das operações mais interessantes decorrentes da experiência de fazer doutorado no exterior. Na verdade, além de doutorando, a pessoa se torna também um estrangeiro. Seu país passa a ser visto de fora e, ao menos enquanto dura a condição de estrangeiro, transforma-se de “o” país em “um” país entre outros. O mundo, enquanto objeto de pesquisa, parecia abrir-se à minha frente. Efetivamente, fiz, na CUNY, dois trabalhos finais de curso sobre as construções do Canal de Suez, Egito (1854-1864), e do Canal de Panamá (1904-1914). Além disso, estudei outras grandes obras e a história da engenharia do século XVIII ao presente.

Como trabalho final para aquele primeiro curso com Eric Wolf, escrevi um ensaio, *Large scale projects: towards a conceptual framework for the analysis of a form of production*. O entusiasmo do professor levou-me a apresentá-lo, em 1983, em uma sessão organizada por Leopoldo Bartolomé (Universidad Nacional de Misiones – Argentina) sobre desenvolvimento e reassentamento forçado, no XI Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas, em Vancouver, Canadá. Fechava-se, sem que eu soubesse, mais um elo importante para a minha trajetória. Bartolomé, já então prestigiado antropólogo argentino, resolveu publicar o ensaio que se tornou minha primeira publicação em espanhol (Ribeiro, 1985).

Chegada a hora de definir a pesquisa da tese, a obra de Tucuruí já se encontrava em suas fases finais, fato que a tornava desinteressante para um pesquisador que, como eu,

precisava estar em um projeto em plena execução. No ano de 1985, a represa binacional de Yacyretá, sobre o rio Paraná, na fronteira da Argentina com o Paraguai, era, então, a melhor opção. Além do mais, fazer pesquisa em um país diferente do Brasil era gramatical com a perspectiva globalizada e latino americanista que tinha adquirido na CUNY. Quando cheguei a Buenos Aires, em agosto de 1985, e fiz os primeiros contatos com colegas portenhos, muitos consideraram que seria impossível estudar o projeto, marcado, como todos eles, por pesada nuvem de interesses e segredos. Porém, Leopoldo Bartolomé, à época, trabalhava com o impacto social da represa de Yacyretá sobre a cidade de Posadas, capital da província de Misiones. Bartolomé abriu várias portas para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa conforme tinha pensado. Dessa forma, vivi entre agosto de 1985 e novembro de 1987, na Argentina, entre Buenos Aires, onde se encontrava a sede administrativa da poderosa *Entidad Binacional Yacyretá*, e Ituzaingó, *pueblo* onde a construção da represa acontecia. Vivi cerca de oito meses em Ituzaingó onde, finalmente, pude experimentar a realidade social no território de um grande projeto da construção civil.

Meus interesses teóricos, compreender os complexos arranjos políticos e econômicos relacionados a uma grande obra, assim como a vida no seu território durante a sua construção, levaram-me a fazer parte da pesquisa nos arquivos da EBY, reconstruindo as teias de poder por trás de um empreendimento de cerca de US\$ 14 bilhões de dólares que colocava juntos agentes e agências dos níveis locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Minha etnografia multilocal só não pôde completar-se com pesquisas no Paraguai, à época dominado pela ditadura Stroessner. Certamente, na pesquisa de campo, a muitos lhes parecia estranho que um antropólogo brasileiro tivesse interesse por uma represa argentino-paraguaia. Em uma entrevista, em particular, cheguei a ser tratado como espião, pois, na Argentina, ainda estava fresca a interpretação geopolítica típica da ditadura militar de 1976-1983 que colocava Itaipu, construída a 400 kms rio acima, como a *bomba hídrica brasileña*. Mas, como escrevi na introdução da tese, o fato de minha pesquisa de campo ter se desenrolado sem maiores impedimentos revelava o valor que a democracia tinha adquirido naquele país, fatigado por sete anos de uma terrível e sanguinária ditadura.

Durante minhas idas e vindas entre Buenos Aires e Ituzaingó, aperfeiçoei em muito o artigo que havia saído em 1985 e publiquei *Cuanto Más Grande Mejor? Proyectos de Gran Escala una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos* (Ribeiro, 1987) na prestigiosa revista *Desarrollo Económico*, distribuída por toda América Latina. Nesta época, a antropologia intensificava rapidamente a sua relação com o campo desenvolvimentista, no qual os grandes projetos de infra-estrutura eram exemplos de impactos negativos causados a populações locais, especialmente pelos massivos reassentamentos forçados que implicam. Minha idéia de que os grandes projetos de infra-estrutura eram uma forma de produção recorrente na história da expansão do capitalismo e faziam parte desta lógica expansionista e não de outras relativas às populações locais, provou-se útil para muitos colegas na América Latina (Santos, 1992; Bartolomé, M., 1992; por exemplo) e iria servir de apoio para colegas e ONGs ambientalistas que lutam pelos direitos dos atingidos por barragens, no Brasil e fora dele. Alicia Barabas e Miguel Bartolomé, dois antropólogos defensores dos direitos das populações indígenas na América Latina, escreveram, por exemplo, o seguinte:

“El antropólogo brasileño Gustavo Lins Ribeiro (1985) ha caracterizado con singular claridad algunas de las manifestaciones ideológicas del personal de los proyectos, entendiéndolas como un proceso de legitimación que articula varias

construções ideológicas. La gran magnitud de los proyectos (el "gigantismo"), los hace aparecer como necesariamente positivos, en la medida que ofrecen numerosas oportunidades laborales. Pero al mismo tiempo generan lo que define como una *ideología de redención*, basada en la noción de progreso que hace aparecer al proyecto como una expresión normal y deseable de la trayectoria histórica del país o de la región. Los protagonistas de estos procesos se perciben entonces como verdaderos *pioneros*; individuos excepcionales construyendo una obra excepcional contra el desafío de la naturaleza y en pos de un futuro mejor. En algunas oportunidades tal vez esta ideología se puede basar en razones atendibles, pero uno de sus resultados no deseados es considerar a los críticos como traidores a una gran causa nacional, y a los afectados y a sus demandas como a enemigos y obstáculos para su realización” (Barabas e Bartolomé, 1992: 10-11)

Na minha tese de doutorado, terminada em 1988, ficaram amplamente demonstrados o potencial destrutivo e a incongruência inerente ao modelo dos “grandes projetos de desenvolvimento” que alienavam as populações locais dos seus benefícios. A reconstrução da história do projeto da hidrelétrica binacional de Yacyretá mostrou como o projeto de cerca de US\$ 14 bilhões estava destinado a reforçar os poderes de elites financeiras, industriais, políticas, administrativas e técnicas associadas a circuitos globais e nacionais de realização de “projetos de grande escala”. Denominei de “consorciação” a estes processos de articulação entre interesses de elites localizadas em diferentes espaços fragmentados globais. Assim, a conclusão do trabalho fluiu para uma crítica ao modelo de desenvolvimento, algo, em sintonia, com os momentos iniciais da disseminação da noção de “desenvolvimento sustentável”.

Mas, *Developing the Moonland: the Yacyretá Hydroelectric High Dam, Economic Expansion and Integration in Argentina* também continha uma etnografia do canteiro de obras da represa e das elites técnicas envolvidas na sua construção. De fato, o capítulo sobre os “bichos-de-obras”, como os trabalhadores argentinos denominavam o que no Brasil se chama “barrageiros”, era uma etnografia de uma questão complexa: a estruturação de identidades em contextos transnacionais. Percebi que a discussão sobre transnacionalismo e identidades, então em seus primórdios e ainda fortemente baseada em *insights* teóricos, podia ser feita em base à vivência de agentes sociais concretos. Encontrei até terceira geração de indivíduos nascidos em acampamentos de grandes projetos. A análise da experiência destas pessoas permitiu assentar uma conceituação sobre a natureza da fragmentação identitária, no mundo globalizado, entre agentes altamente expostos a forças transnacionais (veja mais sobre isso adiante). Este capítulo algo modificado, depois, foi publicado em português (Ribeiro 1992a, 2000), espanhol (1994, 2003) e inglês (1995).

Em 1989, aconteceu um dos fatos mais positivos para o desenrolar da minha carreira que, em 1988, recebera um grande impulso com a minha entrada, como professor adjunto, no Departamento de Antropologia da UnB. A minha tese foi escolhida como a melhor tese de doutorado de autor brasileiro do ano de 1988 pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Essa honraria levou à sua publicação em livro (Ribeiro, 1991). No seu prefácio, Eric Wolf afirmou que o trabalho era um marco que indicava o “crescimento e amadurecimento de um sistema de conhecimento”, pois sinalizava “pontos nos quais os entendimentos e abordagens herdados são aplicados a um novo objeto e a novos problemas e, como resultado, transformam-se completamente no percurso da investigação” (Wolf, 1991: 7). Para ele, tratava-se de um “grande passo” que levava “a antropologia adiante em direção à sua promessa de ser uma ciência humana de alcance global” (idem: 9). A generosidade de Eric Wolf seria percebida

em uma resenha no *Journal of Political Ecology* (House, 1998: 67) quando, em 1994, a tese tornou-se um livro da *University Press of Florida*. Kendall House ficou particularmente satisfeito com a análise dos bichos-de-obra. Segundo ele

“the sociological intelligence at work here is impressive, sorting out the varying migratory rhythms and social situations of workers involved in different aspects of the project” (House, 1998: 68).

A recepção de *Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina* (Ribeiro, 1994a) foi altamente positiva por parte dos antropólogos. Carmen Ferradas (1995: 836), no *American Anthropologist*, após considerar o livro “um trabalho incomum na literatura antropológica sobre desenvolvimento”, “uma abordagem competente” sobre a represa de Yacyretá, afirma tratar-se de uma importante contribuição para os debates sobre sistema mundial. Já Lisa Markowitz, no *American Ethnologist* (1996: 183) julgou tratar-se de “trabalho inovador”, com uma “visão esclarecedora sobre o recrutamento e coordenação do financiamento, dos consultores e das empreiteiras”. Para ela, o livro foi um

“achievement in unpacking the intricacies of a complex global phenomenon, and in laying out a fresh and fruitful path for anthropological inquiry”.

Arturo Escobar (1997: 507) e Michael Herzfeld (2001: 165) saudaram meu livro como a mais sofisticada etnografia sobre um projeto de desenvolvimento por eles conhecida. Para Herzfeld (idem), meu trabalho antecipou a incorporação de múltiplas vozes preconizada por Michael Fisher ao examinar

“all concerned interest groups including – besides the local communities – developers, elites and government agencies, and the regional and transnational processes linking them”.

Entretanto, House, Ferradas e Markowitz coincidem em que havia uma necessidade de uma etnografia mais densa no trabalho. Apesar dos elogios de Escobar e Herzfeld, não lhes tiro totalmente a razão. De fato, a proposta abrangente de compreensão da ampla articulação de poder político e econômico ao redor da construção de Yacyretá não era condizente com a realização de pesquisa etnográfica em todos os cenários envolvidos nos processos que se espalhavam por diversos países e, na maioria dos casos, só puderam ser considerados por meio de dados secundários. Além disso, e os resenhadores não poderiam sabê-lo, na minha dissertação sobre a construção de Brasília é onde se encontra uma descrição mais densa. Nela há uma presença muito mais notável da perspectiva e falas dos agentes sociais envolvidos.

Em 1999, a tese finalmente foi publicada na Argentina (Ribeiro, 1999a), algo que muito me satisfaz porque a partir de então poderia ser facilmente lida justamente onde era mais necessária. A experiência de estudante de pós-graduação nos EUA e a realização da pesquisa na Argentina foram períodos de grande crescimento. Neles relacionei-me com pessoas da maior importância para mim. Dentre elas quero destacar Eric Wolf, não apenas pela antropologia que me ensinou, mas, também, por ter sido um modelo de postura acadêmica e política, com a sua erudição que, em nenhum momento, era usada como base para arrogâncias ou esnobismos. Tive, mais tarde, quando de seu falecimento em 1999, a honra de ser um dos dez antropólogos convidados, de diversos países, para, em bela cerimônia na sala Franz Boas do Museu de História Natural de Nova Iorque, fazer um

elogio *post-mortem* ao grande antropólogo. Em 2003, com Bela Feldman Bianco, prestamos uma homenagem a Wolf publicando, pela primeira vez em português, uma completa e bem cuidada coletânea de artigos seus (Bianco e Ribeiro, 2003).

De qualquer forma, como é comum acontecer, ao mesmo tempo em que minha tese de doutorado representou o fechamento de um ciclo iniciado em 1978 com o começo da minha pesquisa sobre Brasília, foi também a abertura para a consideração de temáticas de alcance cada vez mais globais. A partir dela passei a dedicar-me consistentemente, na minha prática como pesquisador e docente, a estudos sobre desenvolvimento e sobre globalização, dois tópicos altamente entrelaçados.

### III) PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

Como em todo campo de conhecimento, são muitas as perspectivas antropológicas sobre a globalização. Eu mesmo cheguei a este campo através do estudo da expansão capitalista e do transnacionalismo. De fato, minha preocupação sobre desenvolvimento sempre demandou uma compreensão global dos processos. Assim, fui abrindo um leque amplo de interesses. No percurso, ampliei o horizonte mais além da Antropologia do Desenvolvimento, disciplina que leciono e a partir da qual orientei várias teses e dissertações (veja Little, 1996/2001; Catulo, 1996; Pareschi, 2002; Verdum, 2006; Gomes, 2000; Bindá, 1995). Passei a lecionar, fazer pesquisas e orientar trabalhos de pós-graduação e de graduação sobre Antropologia da Globalização. Esta é, na verdade, um grande guarda-chuva que necessariamente supõe diferentes tipos de diálogos com a produção de disciplinas, como a sociologia, a ciência política, a geografia e as relações internacionais. Nos últimos quinze anos, o tema da globalização tem sido escrutinado de tal forma que fiz a seguinte comparação:

“Similarly to what happened with ‘development’ after World War II ... ‘globalization’ since the 1990’s has become an indicator in capitalist transformation and integration processes. Further, it has become an ideology and a utopia, a veritable mantra - formulae, recited by transnational, international and national elites. I want to stress that ‘globalization’ represents to the post Cold War period (1989/1991-present) what ‘development’ represented to the Cold War period” (Ribeiro, 2006b: 2).

Frente à profusão de discussões e posições, explicitarei como situo a Antropologia da Globalização neste campo complexo.

#### 1. Definições

Existem duas definições básicas sobre globalização. Sucintas, permitem que comecemos com um chão firme ao qual, gradativamente, se vai acrescentando complexidade. Elas também permitem montar um quadro que se traduz facilmente em programas de pesquisa para os quais os antropólogos podem, claramente, contribuir.

Primeiramente, penso a globalização como o aumento da circulação de coisas, pessoas e informações em escala global. Estas diferenciações são apenas analíticas. Muitas vezes as pessoas, coisas e informações viajam juntas. Quero frisar que se trata de um aumento, isto é, do incremento de vários processos que já existiam. Assim, evita-se o primeiro, e talvez o mais primário, erro sobre a globalização: considerá-la um processo que só existe a partir do final do século XX. Na verdade, sem uma longa

história de expansão capitalista, algo que já havia sido indicado por Marx quando afirmava que o horizonte do capital era o mundo, não existiria aquilo que, ironicamente, denominei de “globalização realmente existente” para me referir à existência, pós-queda do muro de Berlin (1989), de um “capitalismo triunfante” sem barreiras e englobador de novos mercados e territórios (Ribeiro 2006b).

A segunda definição de globalização relaciona-se com o reembaralhamento das relações entre lugares. Globalização é o aumento da influência do que não está aqui, aqui. Tal concepção, ao mesmo tempo em que permite pensar o presente, mantém seu caráter processual (estamos falando, de novo, do aumento de intensidade de um processo) levando a considerar a história das diferentes relações entre o próximo e o distante, entre “nosotros” e “los otros”, fórmula que fica muito mais clara em espanhol. Por exemplo, uma coisa eram os processos de mudanças econômicas, políticas, tecnológicas, culturais e lingüísticas, causados pelo comércio de longa distância estudado, digamos, pelos arqueólogos no México pré-colombiano. Outra coisa são os fenômenos similares, hoje, em um mundo encolhido.

Estas definições de trabalho nos permitem adiantar quais seriam os ângulos específicos da contribuição da antropologia para o vasto campo da discussão sobre globalização. Mencionarei, apenas e inicialmente, pois certamente não se resumem a eles, alguns tópicos mais imediatamente reconhecíveis como aparentados com a antropologia: o estudo dos fluxos e encontros heterodoxos de pessoas e o estudo da participação dos “subalternos” na globalização. Aqui estão incluídos não apenas tópicos mais clássicos, como o efeito do capitalismo sobre populações nativas em escala global, algo realizado por Eric Wolf em *Europe and the People without History* (1982) -- quando ainda não se falava de globalização --, mas, também, os novos tipos de migrantes que vão criando sistemas interétnicos mais complexos e diversificados, contribuindo, certamente, para o aumento da pluralidade étnico-cultural e para o fortalecimento do multiculturalismo enquanto ideologia do campo da política identitária. Os antropólogos são de há muito interessados em encontros entre estranhos, encontros estruturados por diferentes processos de poder histórica e desigualmente construídos (veja-se, por exemplo, a literatura brasileira, da década de 1960 e 1970, sobre frentes de expansão, fricção interétnica e sistemas interétnicos). Encontram-se, portanto, face a problemáticas conhecidas e que, de uma forma ou de outra, remetem a uma tensão central na constituição do pensamento antropológico: a tensão entre processos de homogeneização e de heterogeneização da vida cultural, social, econômica e política. Esta tensão é constituinte, também, da própria globalização. Para melhor compreendê-la, considero que existem cinco noções fundamentais.

## **2. Cinco noções centrais**

Destas cinco noções, uma vem da sociologia, outra da geografia e as três restantes da antropologia. Elas sempre me foram úteis, tanto na docência, nas atividades de extensão quanto nas minhas publicações, para desenvolver uma visão geral da globalização e para perceber novos processos, situações e agentes a serem pesquisados.

Começarei com a noção sociológica de “sistema mundial”, de Immanuel Wallerstein (1974). A noção de sistema mundial é uma das poucas de linhagem marxista que continua bastante em voga. É claramente herdeira da discussão da teoria da dependência dos anos 1960/70. Como tal, reflete, em maior ou menor grau, os limites e capacidades heurísticas daquela teoria. A crítica mais comum a “sistema mundial” considera que seria uma simplificação pensar o mundo globalizado em termos de centro, periferia e semi-periferia, especialmente, se o que estiver em jogo for a

relação entre Estados nacionais enquanto unidades constitutivas do sistema. Certamente. Entretanto, é interessante notar que até mesmo os autores que fazem esta crítica freqüentemente não conseguem descartar totalmente a idéia de que existem relações entre “centros” e “periferias”. Creio que tal persistência deve-se ao fato de a relação centro/periferia exprimir, na verdade, diferencial de poder entre coletividades constitutivas de um macro sistema sociológico, político e econômico. Sua potencialidade metafórica, assim como sua capacidade de mostrar que existe um sistema em expansão tanto quanto de organizar o mundo em termos de unidades que nele participam de maneira diferenciada são o que mantém o interesse e o valor heurístico de “sistema mundial”. Como veremos mais adiante, no presente, meus últimos trabalhos se apóiam nesta noção para desenvolver uma perspectiva original sobre o “sistema mundial não-hegemônico” e a “globalização popular”.

Escrevi antes (Ribeiro, 1992a), que ao mesmo tempo em que se trata de uma abstração, o sistema mundial existe concretamente através das operações realizadas pelos agentes sociais que nele "habitam". Desta forma, é possível fazer sua reconstrução histórica ou etnográfica, ainda que a partir de experiência parciais, através do estudo de seus agentes reais. Poderíamos exemplificar com os exploradores, *adelantados* e bandeirantes, marinheiros de caravelas, as grandes companhias coloniais e seus administradores, trabalhadores de grandes projetos, executivos internacionais, as corporações transnacionais, agências multilaterais, diplomatas e militares servindo a exércitos imperiais. Dada a relação estreita entre a evolução do sistema mundial e a expansão capitalista, pode-se afirmar que a economia-política global está cada vez mais contida nos marcos daquele sistema, de forma tal que suas partes constitutivas encontram-se igualmente cada vez mais integradas.

A segunda noção advém do livro de David Harvey, *The Condition of Post-Modernity* (1989) que reputo fundamental para compreender a transição histórica iniciada no final do século XX. A presença de David Harvey reforçou meu interesse por realizar pós-doutorado no Instituto para Estudos Globais em Poder, História e Cultura, da Universidade de Johns Hopkins, entre 1996 e 1998. Conhecido geógrafo, Harvey deixou Johns Hopkins e leciona, há alguns anos, coincidentemente, no programa de doutorado em antropologia da *City University of New York*, onde estudei nos anos 1980. Em seu citado livro, além de adentrar na então quentíssima discussão sobre a relação modernidade/pós-modernidade e descrever, brilhantemente, a composição e dinâmica do novo capitalismo flexível, Harvey cunha a noção de compressão espaço-temporal. A compressão do espaço-tempo é o resultado, a partir do advento do capitalismo industrial, dos avanços realizados nas tecnologias de transporte e comunicação. A compressão do espaço-tempo é, portanto, o fenômeno histórico-tecnológico através do qual o “espaço é aniquilado através do tempo”, redundando no “encolhimento do mundo”. As pessoas e os lugares estão diferentemente expostos ao processo de compressão do tempo-espaço. Entretanto, hoje, praticamente ninguém está fora do seu alcance. O aumento da complexidade e eficácia da compressão do tempo-espaço torna cada vez mais complexa a circulação de pessoas, coisas e informações, em escala global, tanto quanto a influência do que não está aqui, aqui. Ao perceber que o encolhimento do mundo é uma obra de agentes e tecnologias reconhecíveis, pode-se propor fazer a etnografia dos lugares, agentes e agências responsáveis por tal encolhimento ou dele partícipes. Veremos, adiante, como esta noção tem sido importante para mim.

A terceira noção que considero central é a mais antiga de todas. Trata-se da idéia de “níveis de integração sociocultural”, do antropólogo Julian Steward (1972 [1951]),



cunhada para pensar as realidades sociais, políticas, econômicas e culturais que incidem sobre a vida das pessoas estudadas pelos antropólogos, mas que não se encontram, necessariamente, circunscritas ao cenário localizado de uma etnografia realizada em apenas um local. A noção de Steward fornece uma base a partir da qual é possível construir instrumentos interpretativos para lidar com a natureza aberta e cambiante da imersão/exposição de pessoas, segmentos e classes em/a vários contextos e forças sociológicas locais e supralocais com diferentes poderes de estruturação. A minha própria interpretação de níveis de integração concebe-os como um espectro formado pelos níveis local, regional, nacional, internacional e transnacional. Para ser claro e simples, fiz a seguinte equação. O nível local corresponde à localização imediata de experiências fenomenológicas diárias, isto é, ao conjunto de *loci* onde uma pessoa ou grupo conduz atividades cotidianas regulares, interagindo com, ou sendo expostos a diferentes redes sociais e instituições. Pode variar de um conjunto de áreas do campo ou de uma grande cidade, a toda uma cidade. O nível regional corresponde à definição cultural/política de uma região dentro de uma nação, como o Sul, nos Estados Unidos, ou a Galícia, na Espanha. Os níveis nacional, internacional e transnacional referem-se à existência do Estado-nação e às suas relações internas e externas. Os níveis de integração existem simultaneamente e têm poderes diferentes sobre a estruturação das capacidades de agentes individuais e coletivos. As relações entre os diversos níveis de integração não são unilineares, mas marcadas por disjunções e poderes de estruturação circunstanciais e desiguais. Também implicam uma lógica de inclusividade, isto é, quanto mais distantes do nível local, as categorias se tornam mais abstratas, ambíguas e sujeitas a estereotipificação.

A quarta “noção” que julgo fundamental para pensar antropologicamente a globalização é, na verdade, muito mais um quadro interpretativo, do que uma noção propriamente dita. Trata-se da idéia de “panoramas” de Arjun Appadurai (1990). Para ele, há que pensar a globalização por meio da existência de cinco panoramas que mantêm relações disjuntivas entre si: etnopanoramas (referentes ao aumento da complexidade das paisagens étnicas), finançopanoramas (referentes à hegemonia do capital financeiro globalizado), tecnopanoramas (referentes à difusão global de tecnologias), mídiapanoramas (referentes à capacidade eletrônica de produzir e disseminar informações e às imagens criadas pela mídia) e ideopanoramas, “elementos da visão do mundo do Iluminismo que consistem da concatenação de idéias, termos e imagens, incluindo ‘liberdade’, ‘bem-estar’, ‘direitos’, ‘soberania’, ‘representação’ e o termo matriz ‘democracia’” (1990: 9-10). A metáfora visual e combinatória de Appadurai permite ver a globalização como a resultante de processos que se combinam desigualmente, de acordo com os locais, agentes e agências envolvidos em situações concretas. Além disso, insere uma concepção perspectivista, isto é, por se tratarem de “panoramas” a posição dos agentes é fundamental para determinar a perspectiva, aquilo que de um ângulo específico é experimentado, “visto”.

Por último, está a noção de segmentação étnica do mercado de trabalho, desenvolvida por Eric Wolf em *Europe and the People without History* (1982: 379-383). As pesquisas empíricas realizadas por economistas e sociólogos (p.eg. Bonacich, 1972) comprovavam, nos Estados Unidos, a participação majoritária de brancos em um mercado primário, no qual os benefícios de carreiras estáveis e de previdência social eram assegurados pelos empregadores, e de negros no secundário, no qual tais benefícios inexistiam. Eric Wolf introduziu a noção de segmentação étnica do mercado de trabalho na antropologia, articulando seu conhecimento histórico e antropológico da formação do sistema mundial em escala de vários séculos. Wolf mostrou claramente como as diversas necessidades por trabalho humano do sistema em expansão foram colocando

juntas, em posições variantes, populações com características distintas. Em geral, os migrantes recém-ingressos no mercado de trabalho entram nas posições inferiores. A noção de mercado de trabalho etnicamente segmentado considera como primordiais os processos migratórios provocados em escala global pela expansão capitalista e mostra como determinadas etnias ocupam posições que podem ser alteradas, para melhor ou para pior, com o decorrer do tempo. Sua plasticidade permite manipulá-la, ampliando seu poder heurístico, para pensar desde grandes unidades de análise como um determinado Estado-Nação até o mercado de trabalho específico de uma fábrica, por exemplo, ou de um grande projeto como fiz no meu estudo sobre Yacyretá (veja Ribeiro, 1991, 1994a) ou sobre o Banco Mundial (Ribeiro, 2001). Ela também permite perceber que, com o desenvolvimento capitalista, a complexidade dos arranjos de segmentação étnica foi aumentando criando sistemas interétnicos com alteridades múltiplas. A proximidade e interdependência das diferenças são fatores que contribuem tanto para a percepção do "encolhimento" do mundo contemporâneo quanto para a fragmentação das percepções individuais, em um movimento duplo de homogeneização e de heterogeneização que se dá pela exposição simultânea a uma "mesma" realidade compartilhada por olhares claramente diferenciados.

Na verdade, as cinco noções acima foram, com frequência, por mim aperfeiçoadas para dar conta dos problemas que me propus a pensar. Assim, munido deste ferramental básico, passei -- evidentemente, com a concorrência de outros conceitos, noções e quadros interpretativos -- a realizar pesquisas e trabalhos sobre o mundo contemporâneo. Hoje, retrospectivamente, percebo que posso classificar, em geral, as duas últimas décadas de trabalho internamente a um triângulo cujos vértices remetem às definições sucintas sobre globalização que mencionei anteriormente. Foram pesquisas sobre o aumento da circulação de (1) coisas, (2) pessoas e (3) informações.

#### IV) PESQUISANDO ANTROPOLOGICAMENTE A GLOBALIZAÇÃO

Começarei pelo final. De fato, a pesquisa sobre o aumento da circulação de coisas, de mercadorias, foi a última que iniciei. Vale a pena repetir que a separação analítica que faço não significa que cada um dos vértices do triângulo tenha circuitos totalmente exclusivos, separáveis ou possíveis de serem pensados isoladamente.

##### 1. **Aumento da circulação de coisas** (o sistema mundial não-hegemônico e a globalização popular).

O mercado é o cenário privilegiado para o estudo da circulação de coisas. Na verdade, de há muito, no nosso mundo, as coisas são mercado-rias. A antropologia do mercado ensina, entre outras lições, que os mercados são lugares de interconexões entre distintos grupos étnicos, zonas ecológicas e locais de produção. Mas, os mercados capitalistas contemporâneos também são lugares de muitas regulamentações. Aquelas formalizadas, normalmente através de meios estatais, acabam sendo estudadas em termos do que se denominou de "economia formal", muito em contraste com as formas populares, regulamentadas principalmente através de meios não-estatais e também designadas por termos como "economia informal", "mercado informal". As ciências sociais dedicaram bastante atenção, nos últimos 30 anos, ao estudo da "informalidade". Entretanto, apesar da sua importância cada vez mais visível nas ruas, praças, zonas fronteiriças e na mídia quase nada se tem feito sobre o que chamo de globalização

popular, globalização econômica não-hegemônica que são parte do que também chamei de sistema mundial não-hegemônico.

As pesquisas sobre este tópico começaram a partir de uma proposta de renovação da minha Bolsa de Produtividade do CNPq, no ano de 2000. Tratava-se, inicialmente, de pesquisar um fenômeno urbano, econômico, com múltiplas derivações políticas, a chamada Feira do Paraguai, denominação comum da Feira dos Importados, o nome dado a um empreendimento popular, amplamente conhecido no Distrito Federal, existente desde o início da década de 1990. A Feira do Paraguai une vários planos da pesquisa antropológica contemporânea e clássica: feiras populares, lutas urbanas, sistemas de mercado, setor informal, trabalhadores “nômades”, a circulação de pessoas e mercadorias determinada por dinâmicas globalizadoras. Minha intenção era pesquisar uma prática e uma categoria social representativas do fluxo de pessoas e mercadorias em sintonia com transformações e dinâmicas típicas do que mais tarde viria a chamar de “outras globalizações” (Ribeiro, 2006b).

No que diz respeito ao incremento da circulação de objetos na era da globalização, quis evitar realizar apenas uma etnografia da disseminação de novos hábitos e itens de consumo. A pesquisa etnográfica que propus, além de considerar este tópico, fazia-me recordar diversas contribuições da antropologia brasileira no que diz respeito à análise de mercados informais de trabalho, feiras, cultura e economia popular (veja-se, por exemplo, Machado da Silva, 1971; Garcia, 1984). Além disto, permitia retomar uma interface mais concreta e clássica com a antropologia urbana através de diferentes vieses (estudos de territórios urbanos, de categorias específicas de trabalhadores, da dinâmica de sua economia), só que, desta vez, levando em consideração o processo de globalização.

A pesquisa permitiria, ao mesmo tempo, lançar luz sobre os processos de criação de um emergente pequeno empresariado a partir de camadas populares, de comerciantes semi-nômades modernos que manipulam os desejos de consumo e as possibilidades de comercialização dos *gadgets* que simbolizam a modernidade para consumidores de classe média. Revelaria, assim, uma poderosa e importante manipulação popular das forças econômicas da globalização e difusão de mercadorias a nível mundial. Neste plano, nosso objeto não poderia ser mais estimulante já que os/as chamado(a)s sacoleiro(as) são atores sociais que desempenham papel central nesta dinâmica, unindo, com seus movimentos pendulares de ida e vinda ao Paraguai (Ciudad del Este) o nível de integração local ao internacional. Desta forma, a intenção também foi relacionar meus trabalhos com aquelas discussões da antropologia que tratam de compreender as complexas fusões entre o local e o global (Appadurai, 1990; Basch et al, 1994; Clifford, 1997; Ribeiro, 1999b; Rothstein e Blim, 1992; por exemplo). Queria, com isso, investigar formas de interação das atividades de atores locais e atores globais (para esta terminologia ver Mato, 1996) que articulam níveis de integração locais, nacionais e internacionais. Nunca é demais reiterar a carência de etnografias que explorem consistentemente estas complexidades. Em suma, além de uma etnografia da Feira do Paraguai como um espaço fragmentado global do sistema mundial não-hegemônico que se expande com a intensificação da globalização, esta pesquisa também tem se dedicado a realizar uma etnografia sobre a agência das camadas populares na globalização. Em geral, a tendência é considerar que as camadas populares são sempre objeto ou vítimas da globalização. Teriam, assim, sua agência, no sentido de Anthony Giddens (1984), sequestrada ou desprezada.

A Feira do Paraguai em Brasília, com a sua história de quase duas décadas e seus mais de 2.100 boxes, provam a vitalidade da globalização econômica não-hegemônica; veja-se, por exemplo, duas pesquisas de campo que orientei sobre a Feira e que resultaram nas monografias de graduação de Souza (2000) e Figueiredo (2001). Na

verdade, a Feira é um dos espaços globais fragmentados de um universo composto por outros fragmentos e por diferentes fluxos de pessoas, coisas e informações em escala mundial. Na estruturação de boa parte do segmento sul-americano do sistema mundial não-hegemônico, Ciudad del Este, no Paraguai, tem um papel fundamental. Por este motivo, passei a voltar minha atenção também para a compreensão da transfronteira Ciudad del Este/Foz do Iguaçu enquanto um espaço global fragmentado da globalização econômica não hegemônica (Ribeiro, 2006b, 2007). Assim, orientei uma dissertação de mestrado (Ortiz, 2004) sobre a tríplice fronteira (Argentina, Brasil, Paraguai), com um foco especial sobre as representações que dela se fazem nos meios de comunicação. Infelizmente, são poucos os trabalhos etnográficos sobre os “sacoleiros” e sobre o comércio de Ciudad del Este (veja-se, especialmente, Rabossi, 2004).

Frente ao tamanho e à complexidade deste universo aberto ao longo dos últimos anos, resolvi continuar dedicando atenção a ele. Está clara, por exemplo, a centralidade de algumas diásporas para a manutenção e reprodução da globalização popular. É o caso, das diásporas árabes e chinesas. Elas frequentemente estão presentes naquelas cidades e mercados que são grandes nós do sistema mundial não-hegemônico. A importância destes fluxos migratórios levou à proposta de pesquisar na Rua 25 de Março, em São Paulo, a relação entre migração árabe e comércio (Nascimento, 2006), neste que é o maior nó da globalização popular internamente ao Brasil. Ao mesmo tempo, orientei uma pesquisa sobre a presença árabe na transfronteira Foz do Iguaçu/Ciudad del Este (Arruda, 2007). Diante da amplitude do assunto, este trabalho está se desdobrando em tese de doutorado. Já em Brasília, outra pesquisa foi feita sobre os chineses, migrantes cada vez mais presentes na Feira do Paraguai (Rocha, 2007).

Esta linha de pesquisa continuará a apontar para outras facetas da relação classes populares/processos de globalização, para “outras globalizações econômicas”, assim como permitirá aprofundar as noções de “sistema mundial não-hegemônico” e “globalização popular” (Ribeiro, 2007) que dependem, em grande medida, da fina compreensão do que é (i)lícito, isto é, atividades consideradas ilícitas pelo Estado mas que são socialmente aceitas e tidas como legítimas por seus praticantes. Entre os exemplos que Abraham e Van Schendel (2005) dão sobre o que é (i)lícito está a venda de vídeos “piratas” na Tailândia. No meu último texto sobre este tópico, um verbete a ser publicado em coletânea na Alemanha (Ribeiro, 2008a), defino o sistema mundial não-hegemônico como uma forma das classes populares acederem a fluxos de riqueza global. Trata-se de um conjunto de nós (mercados) e de fluxos entre estes nós, com diferentes dimensões e intensidades. Seus principais centros produtores encontram-se na Ásia e, muitas vezes, produzem cópias falsificadas, de diferentes qualidades, de superlogomarcas globais (ver Chang, 2004, para a noção de superlogomarca). As noções de sistema mundial não-hegemônico e de globalização popular representam uma abordagem que problematiza as formas prevalecentes de interpretação destes fluxos que os identificam e reduzem ao crime organizado global (veja, por exemplo, Naím, 2005). O tamanho cada vez maior da “economia ilícita global”, da “pirataria” e dos mercados populares de importados, leva a crer que ainda permanecerei por algum tempo explorando estes caminhos.

## 2. **Aumento da circulação de pessoas** (fragmentação de identidades, migrantes internacionais e modos de representar pertencimento).

Outra dimensão que o estudo antropológico da globalização tem destacado é aquela das migrações internacionais, da circulação de pessoas em nível mundial. A particularidade das migrações internacionais em tempos de globalização exacerbada

encontra-se mais na sua diversidade e complexidade do que no seu volume. O final do século XIX e começo do século XX conheceram também gigantescos volumes migratórios globais. Entretanto, agora se encontram fluxos migratórios inusitados, provocados pelo aumento do encolhimento do mundo. Só para dar um exemplo envolvendo um povo africano, do Sudão, famoso pelo clássico estudo de Evans-Pritchard, mencionarei os nuer que, a partir da década de 1990 se encontram como migrantes refugiados em Minnesota (Holtzman, 1999). Os brasileiros são, também, novos migrantes globais, pois a emigração brasileira passou a despontar firmemente apenas em meados da década de 1980.

Meu interesse pela migração internacional começou quando, há mais de 20 anos atrás, percebi que, dependendo da magnitude do grande projeto e de sua importância para a expansão do sistema mundial capitalista, eram significativos os fluxos de trabalhadores e técnicos estrangeiros que afluíam para participar nas obras – como ocorreu, por exemplo, nas construções dos canais de Suez e do Panamá. Assim, na minha tese de doutorado, ao analisar o que denominei de fluxos organizados e desorganizados de força de trabalho para a construção da hidrelétrica de Yacyretá, envolvi-me fortemente com o esforço de compreender os “bichos-de-obra” estrangeiros que lá se encontravam. Foi tamanho o impacto da descoberta destes “nômades globais” que acabei dedicando um capítulo inteiro do trabalho a eles, além de, como vimos, ter publicado, em diferentes línguas minhas conclusões sobre os dramas identitários que vivenciavam (Ribeiro 1992a, 1994, 1995).

De fato, o estudo de migrações internacionais provê cenários interessantes para pensar e repensar as teorias sobre identidades sociais e étnicas. O estudo dos bichos-de-obra, em particular, provou-se altamente profícuo. Eram pessoas expostas, ao longo de toda a sua vida laboral, aos interesses e efeitos do capitalismo transnacional. No caso concreto de Yacyretá, a segmentação étnica do mercado de trabalho estava estruturada de tal forma que no topo da pirâmide encontravam-se italianos que trabalhavam para a empreiteira principal, responsável pela execução da obra. As grandes empresas transnacionais da construção civil possuem obras em desenvolvimento em diferentes países do mundo. Os seus trabalhadores, sobretudo os técnicos especializados, são transferidos de obra em obra em escala global. O conjunto das obras conforma os circuitos migratórios dos grandes projetos.

Em artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, em 1992, defini sucintamente os bichos-de-obra como indivíduos que entram no circuito migratório dos grandes projetos e nele passam a viver permanentemente durante sua vida de trabalho ativo. Mais ainda, como encontrei entre os trabalhadores especializados de origem italiana casos de até terceira geração de pessoas que vivem permanentemente vinculadas aos circuitos migratórios dos grandes projetos em escala mundial, considerei como o bicho-de-obra arquetípico a pessoa nascida e criada em acampamentos de grandes obras pelo mundo afora e que assume estes circuitos e acampamentos como definidores de suas identidades.

O estudo dos bichos-de-obra permitiu elaborar uma concepção de identidade, cambiante e fragmentária. Para mim, então, a fragmentação de identidade deveria ser entendida em um universo onde há um fluxo em aceleração crescente de mudanças de contextos de encontros sociais e comunicativos e uma múltipla exposição a agências socializadoras e normatizadoras, elas mesmas também viajando num fluxo acelerado de mudanças. Nesta situação as identidades só poderiam ser definidas como sendo a síntese de múltiplas alteridades construídas a partir de um número enorme de contextos interativos regulados, na maioria das vezes, por instituições. Em concordância com postulações de George Marcus (1990) considerei que, ao invés de uma essência irreduzível, a identidade

nas sociedades complexas modernas pode ser concebida como um fluxo multifacetado sujeito a negociações e rigidez, em maior ou menor grau, de acordo com os contextos interativos que na maioria das vezes são institucionalmente regulados por alguma agência socializadora e/ou normatizadora. Os bichos-de-obra permitiram pensar etnográfica e antropologicamente as dinâmicas relativas a processos identitários transnacionais.

Foi essa discussão sobre identidade no contexto da migração internacional que levou, posteriormente, nos primeiros meses de 1996, a investigar, com Flávia Lessa de Barros, migrantes brasileiros residentes na área da Baía de São Francisco, na Califórnia, Estados Unidos (Ribeiro, 1998, 2000, 2000a; 1998a, 1999c, 2000, 2000b; 1998b, 2000, 2003a). Um dos desafios nas ciências sociais é encontrar os cenários etnográficos adequados para dialogar com diferentes discussões teóricas e fazê-las avançar. Assim, estudar os emigrantes brasileiros também era uma oportunidade de discutir a identidade brasileira, baseado em etnografia e não em uma perspectiva ensaística. Partindo do princípio que a transformação dos brasileiros em minoria étnica internamente a uma estrutura de segmentação étnica complexa como a da Baía de São Francisco, permitiria perceber, no jogo de espelhos identitários típico das relações interétnicas, como os migrantes se representavam e eram representados enquanto “brasileiros” em um universo altamente marcado pela etnização das alianças para cooperação e para o conflito, como o estadunidense. Em comentário sobre meus textos escritos sobre os migrantes brasileiros, Roberto Cardoso de Oliveira (2000: 9) considerou que têm

“o mérito de realçar o poder da sociedade local na determinação das regras do jogo identitário, graças às características dos novos contextos no interior dos quais os imigrantes passam a viver suas condições de existência. O autor nos mostra, primeiramente, que as identidades regionais brasileiras, significativas no âmbito interno da comunidade imigrante (como as de goiano, mineiro, paulista ou carioca), são englobadas pela população hospedeira não necessariamente na de brasileiros — o que seria o natural —, mas, com frequência, na de *hispanicos*, o que significa submeter a identidade a um inflexível processo de etnização, uma vez que, nesse caso, hispânico não é nacionalidade, é etnia. Há, portanto, o que se pode reconhecer como a sujeição dos processos identitários a um sistema social estruturalmente segmentado em etnias (ou, mesmo, grupos raciais)”.

De fato, face aos principais segmentos étnicos da Baía de São Francisco (anglo-saxões, hispânicos e chineses), mostrei que os emigrantes deixaram de ser goianos (o segmento mais numeroso à época) para se tornarem “hispânicos” e “brasileiros”, na verdade uma contrafação do “carioca”, já que os estereótipos sobre o Brasil que mais frequentemente transitam pelo sistema mundial baseiam-se em mídiapanoramas produzidos do e sobre o Rio de Janeiro. Não deixa de ser curiosa a transformação de populações advindas de Estados nacionais específicos em minorias étnicas internamente ao novo Estado-Nação em que se encontram. A identidade nacional, ela mesma uma construção que se direciona para uma homogeneização instrumental de uma determinada população, se transforma, também instrumentalmente, em uma identidade étnica, isto é, em uma identidade contrastiva no âmbito de um outro estado nacional onde as diferenças são marcadas por distinções lingüísticas e culturais, acima de qualquer coisa.

A pesquisa em San Francisco rendeu os desdobramentos que esperava: um aprofundamento da etnografia sobre migrantes brasileiros e a possibilidade de pensar mais amplamente sobre a “identidade brasileira”. Estudantes meus se interessaram pelo tema e

fizeram pesquisas (a) sobre a experiência de mulheres brasileiras trabalhando como *housecleaners* na área metropolitana de Boston (Fleischer, 2000, 2002); (b) sobre a identidade de jovens, segunda geração de emigrantes brasileiros, em uma *highschool* em Connecticut (Menezes, 2002); (c) sobre o impacto da emigração massiva para os EUA em uma pequena cidade de Minas Gerais (Santos, 2005). Duas estudantes de graduação também realizaram pesquisas sobre a migração internacional. Uma, em Ottawa, Canadá, sobre a identidade de senhoras idosas brasileiras que, casadas com canadenses, há mais de quatro décadas residem naquele país (Höfs, 2003). Outra, na cidade de Londrina (PR), sobre a experiência dos *dekassegui* brasileiros, especialmente sobre o impacto da migração pendular no grupo doméstico (Souza, 2004).

O estudo das representações identitárias vinculadas ao Brasil, alertou-me para a centralidade do que terminei chamando de “tropicalismo” e para a necessidade de afiar, mais ainda, a discussão sobre identidade. Esta era uma combinação que já tinha explorado em um artigo sobre Macunaíma (Ribeiro, 1996, 1999-2000) quando mostrei que um livro considerado como um “símbolo nacional” era efeito da circulação de informações, pessoas e coisas no sistema mundial. Makunaíma é um mito taulipang, coletado por Koch-Grünberg, um geógrafo e etnólogo alemão, na Guiana Inglesa (parte do império britânico), publicado em 1926 em um livro na Alemanha. Quando Mário de Andrade leu “Do Roraima ao Orenoco”, em alemão, sentiu-se compelido a escrever seu conhecido romance de 1928. Já ao comparar o Brasil à Argentina (Ribeiro, 2002, 2004), enfatizei que ali preferiria falar de “modos de representar pertencimento a coletividades” ao invés de “identidades”, para não me render totalmente ao viés mais homogeneizador típico deste último rótulo e para apontar imediatamente para a inserção da questão no âmbito do universo das representações sociais, em termos de uma pluralidade mais aberta. Apesar disso, não descartei o uso da noção de identidade, pois que, efetivamente, em diferentes situações as formas de conceber o *self* ou uma coletividade são radicalmente homogêneas. Além disso, frisei que muitas vezes esse universo era animado por matrizes discursivas de alto poder estereotipificador como era o caso do que denominei de tropicalismo e europeísmo, ao pensar os modos de representar brasileiros e argentinos, inspirado na obra de Edward Said (2001), “O Orientalismo”. Rezam os estereótipos que os brasileiros são alegres, sensuais, hedonistas, tropicais; os argentinos são nostálgicos, arrogantes, agressivos, europeizados. Para entender como se conformaram o europeísmo e o tropicalismo fiz uma releitura da história da formação dos estados nacionais em ambos os países e concluí:

“Se o tropicalismo é uma matriz que define o modo de representar o pertencimento ao Estado-nação brasileiro, o europeísmo corresponde ao caso argentino. Brasileiros e argentinos encontram-se irremediavelmente presos nestes jogos de espelhos construídos por eles mesmos e por muitos outros atores e agências com os quais historicamente mantiveram contatos e trocas. O que me interessa no tropicalismo e no europeísmo é que ambos são, em larga medida, aceitos tanto pelas elites quanto pelas massas dos dois países, como modos de representar pertencimento aos dois Estados-nações. Esta afirmação, evidentemente, não significa a universalidade da eficácia desta matrizes nem que elas não sejam abertamente contestadas por diferentes segmentos” (2002: 248).

Meu interesse por estudar o aumento da circulação de pessoas e da complexidade dos sistemas interétnicos confluiu também para uma pesquisa, durante

minha permanência, de agosto de 1996 a fevereiro de 1998, na Universidade de Johns Hopkins, nos EUA, sobre a segmentação étnica e a diversidade cultural do Banco Mundial, em Washington, D.C. Inspirado por Ulf Hannerz (1996) que fala de “centros físicos da cultura transnacional” achei que o Banco Mundial seria um excelente cenário etnográfico para pesquisar questões vinculadas à construção de identidades transnacionais. Desta pesquisa, surgiu um trabalho até hoje inédito em português, “Planeta Banco: diversidad étnica en el Banco Mundial” (2001, 2002a, 2003). As noções de sistema mundial, de Wallerstein, de panoramas, de Appadurai, e a de segmentação étnica, de Wolf, mostraram-se mais uma vez úteis para entender um dos mais complexos mercados etnicamente segmentados.

A pesquisa revelou que a segmentação étnica do mercado de trabalho do Banco Mundial é estruturada pelo poder dos países que dominam econômica e politicamente ao Banco, especialmente pelos Estados Unidos. Outro fator importante é sua sede estar em Washington. Além disso, existem outros dois fatores poderosos. Um é a educação formal, normalmente são recrutados funcionários de grandes e elitistas universidades anglo-saxãs. O outro é o domínio da língua inglesa. À época da pesquisa, era notável a proeminência de nações de língua inglesa ou de países que foram parte do império britânico ou do norte-americano. Falar inglês é a habilidade individual mais importante que uma pessoa deve ter para trabalhar no Banco, um fato que certamente cria a aparência de uma comunidade desbabelizada. Contudo, os muitos sotaques do inglês são índices da complexidade de sua esfera pública profissional e de uma ambigüidade que prevalece na construção das identidades dos funcionários.

Os funcionários do Banco Mundial compartilham de muitos modos as mesmas contradições, ambigüidades e ansiedades típicas das identidades fragmentadas de migrantes inter- ou transnacionais. Agrupam-se, por exemplo, em associações étnicas e realizam rituais anuais de (re)afirmação de suas identidades étnicas. Porém, em última instância, nenhuma instituição, global ou não, pode operar como uma Torre de Babel. Esta uma das razões porque as estruturas burocráticas e administrativas constroem regularidades organizacionais e hierárquicas. Depois da racionalidade burocrática, o fator mais poderoso unificador da diversidade étnica e cultural no Banco Mundial é de ordem lingüística. Já que fora do mundo de fala inglesa esta língua é freqüentemente falada por elites nacionais, este fator lingüístico também implica em uma seleção elitista na formação do mercado de trabalho do Banco.

Concluí, então, que mais do que uma “cultura global”, no Banco Mundial existem “ideologias globais”, estruturadas tanto por ideologias de pretensão universalista como o “desenvolvimento”, a racionalidade burocrática ocidental, quanto pela exposição ao inglês, o *créole* do sistema mundial e ao sistema educacional anglo-saxão. Tudo indicava, assim, estarmos diante de um local de criação de uma classe transnacional. Para entender, a essa classe, é fundamental estudar a circulação de informações, de ideologias e utopias, de matrizes discursivas, internamente ao sistema mundial.

### 3. Aumento de circulação de informações

#### a. Ideologias e matrizes discursivas globais

São muitos os ideopanoramas que circulam internamente ao sistema mundial e que, de uma forma ou de outra, informam as elites globalizadas e suas práticas de governança global. Procurei, em conjunção com minha própria trajetória, dedicar-me mais fortemente ao estudo daqueles ideopanoramas que têm conseqüências para



políticas globais. Em consequência, dediquei a atenção, apenas muito tangencialmente, ao que Sklair (1991) chama de cultura do consumismo global. Resultou apenas uma monografia de graduação sobre um grande *shopping center* de Brasília (Faleiro, 1995). Atualmente, meus estudos sobre a globalização econômica não-hegemônica podem gerar mais resultados neste plano. Porém, outros ideopanos extremamente capilares como os vinculados a “desenvolvimento” mereceram, por muito tempo, bastante do meu esforço e de estudantes vinculados ao meu grupo de pesquisa (veja, por exemplo, Ribeiro 1990, 1990a, 1991a, 1994a, 2002b, 2007a, 2007b; Ribeiro e Little 1997).

No começo da década de 1990, quando a crítica aos modelos tradicionais de desenvolvimento e o “desenvolvimento sustentável” estavam em ascensão, envolvi-me diretamente com o ambientalismo, mas mantendo o distanciamento crítico que caracteriza a boa postura acadêmica. Assim, fui vice-presidente do Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, de 1992 a 1994, quando pude casar meus interesses de pesquisador com um engajamento político na defesa das populações da Amazônia e de um modelo de desenvolvimento menos destrutivo, violento e discriminatório. Em 1992, fiz uma pesquisa de campo sobre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Considerei a Rio-92 como um mega ritual global de integração de elites transnacionais. Este trabalho foi crucial para levar adiante minhas idéias sobre desenvolvimento sustentável como a nova ideologia/utopia do desenvolvimento (Ribeiro, 1991a). Considerei que “desenvolvimento sustentável” representava um compromisso político-ideológico entre as posições mais radicais do campo desenvolvimentista que não se preocupavam com a destruição da natureza e as posições mais radicais do campo ambientalista que defendiam a bandeira do “crescimento zero”. Parti do entendimento que os discursos sobre desenvolvimento eram metarelatos salvíficos, de caráter transcendental e com pretensões universalistas, que apresentavam uma receita de destino para a humanidade baseada em antigas ideologias/utopias ocidentais como a do “progresso”. O desenvolvimento sustentável seria um capítulo a mais na história da disseminação desses poderosos ideopanos, relativo à nova conjuntura do fim do século XX com as suas crises de ideologias e utopias face aos rearranjos do sistema mundial com o fim do mundo bipolar e a consolidação do capitalismo flexível triunfante.

Minha preocupação com o ambientalismo refletiu-se no trabalho de diversos orientandos de pós-graduação e graduação (Little 1996, Gomes 2000, Pareschi 2002, Verdum 2006, Bindá 1991, Barbosa 2002) e implicou em um investimento, já presente em meus estudos sobre grandes projetos, na compreensão de outras matrizes discursivas fundamentais para a expansão do sistema mundial e para o avanço do encolhimento do mundo. Destaco, entre elas, os tecnopanos, entendidos como a matriz discursiva que postula o avanço tecnológico como a salvação da humanidade. Escrevi em “Tecnotopia *versus* Tecnofobia” (Ribeiro 1999d, 2000c):

“A dupla face utópica (paradisiaca) e distópica (apocalíptica) da tecnologia é central para entendermos os dilemas que cada vez mais enfrentaremos. Por um lado, encontramos formulações utópicas apoiadas na maravilha que se levanta da ampliação das qualidades e ações humanas. A tecnotopia, caudatária da ideologia do progresso e de uma visão evolutiva da história da tecnologia (especialmente a partir da Revolução Industrial), é hegemônica e, neste momento de crises de utopias, é, em larga medida, o grande metaretrato salvífico do mundo contemporâneo. Por outro lado, estão discursos distópicos apoiados no terror às forças destruidoras desencadeadas por diversas invenções

(controladas por grupos específicos) ou no temor à punição provocada pela manipulação radical da natureza. A tecnofobia, marcada pela desigualdade da distribuição sócio-política-econômica do acesso à tecnologia e por um imaginário onde cohabitam discursos alternativos ou cosmologias mágico-religiosas com seus demiurgos, é, em geral, relegada a um segundo plano, mas, ocasionalmente, sobretudo quando o homem parece querer brincar de Deus, reúne energias com poder normativo e regulatório”.

A dominância da tecnologia como o grande metarelato salvífico contemporâneo levou-me a concluir que o impulso de ampliação, via tecnologia, da capacidade corporal e da mente, coloniza cada vez mais nosso mundo, problematizando diádes antes consideradas fixas e intransponíveis como natureza/cultura, orgânico/inorgânico, real/imaginário, criando ou exacerbando porosidades, trânsitos, fusões, novas relações entre os elementos destes pares. Como pano de fundo, o capital que, via biotecnologia, alcançou a própria lógica da cadeia da vida, e, via ciberespaço, realiza seus desígnios de poder e acumulação no próprio universo virtual.

Também me chamou a atenção a questão da diversidade cultural como discurso global. Fiz, primeiro, uma incursão rápida aos limites dos direitos humanos enquanto discurso universal (Ribeiro, 2004b, 2004c). O contraste da Declaração *Mulçumana* dos Direitos Humanos (Salah, 2002) com a Declaração *Universal* dos Direitos Humanos, de 1948, assim como os diferentes usos políticos e sociais do discurso sobre “direitos humanos” são eloqüentes demais para que um antropólogo não os leve a sério. Um pouco mais tarde, em 2006, o Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, em Paris, preocupado com a necessidade de rediscutir a pretensão universalista de sua política em uma era de globalização, convocou uma reunião fechada, com cerca de dez acadêmicos, para debater o assunto. Dentre eles, encontravam-se Philippe Descola, Néstor García Canclini, Martín Jesús Barbero e outros.

Minha contribuição para esse debate tornou-se um texto (Ribeiro, 2007c) onde abordo a “diversidade cultural” como um discurso global de elites envolvidas na cooperação internacional e na governança global. Após discutir as relações necessárias entre diversidade e globalização, exploro a tensão particular/universal para recorrer à noção de cosmopolíticas (veja adiante) como um tipo diferenciado de discurso global já que permite ir além da tensão particular/universal uma vez que as cosmopolíticas reconhecem, desde o princípio, que existem outros discursos globais cuja validade pode e deve ser democraticamente negociada. Cunhei, então, a expressão “discursos fraternos globais” que incluiria matrizes discursivas com pretensões universais como “direitos humanos”, “desenvolvimento” e “diversidade cultural”. Este exercício serviu de ponte para explorar as relações entre diversidade cultural e outro discurso global, o do Patrimônio Cultural da Humanidade. A definição de Patrimônio Cultural da Humanidade depende do que se entenda por “valor universal excepcional”. “Valor universal excepcional” define o quê (na verdade quem) é universal e merece ser parte do patrimônio mundial, isto é, o quê/quem transcende os confins de uma localidade e é capaz de ser admirado por outros em uma economia simbólica global. Valor universal excepcional é mais um exemplo da força ilocucionária de alguns discursos. Cria reconhecimento em uma época na qual abundam demandas por reconhecimento. Considerei, assim, que as discussões sobre “valor universal excepcional” não podem ser reduzidas à luta para controlar uma definição abstrata, sem impacto, de universalidade. Ao contrário, “valor universal excepcional” tornou-se uma questão a ser debatida graças à sua força ilocucionária. É, na verdade, um artefato taxonômico e artefatos

taxonômicos, em geral, provocam efeitos de poder que estruturam relações entre distintos atores coletivos. É também um significante vazio e flutuante (Lévi-Strauss, 1973; Laclau, 1994). Como não pode ser definido, a sua força ilocucionária torna-se mais importante do que o seu significado. Finalizei concluindo que a noção de “valor universal excepcional” congrega elites profissionais e políticas, nacionais e transnacionais, ao redor de discursos sobre que símbolos de identidades coletivas são mais legítimos para serem disseminados em fluxos simbólicos nacionais e globais nos quais abundam discursos globais sobre diversidade cultural.

#### b. Comunidade transnacional imaginada-virtual e o espaço-público-virtual

Meu interesse sobre impactos da inovação tecnológica advinha dos estudos sobre a história da tecnologia e da engenharia. Desde o começo da década de 1990, vinha acompanhando o desenvolvimento de uma extraordinária ferramenta que se difundia e aperfeiçoava rapidamente, a internet com o seu ciberespaço que criava uma rede eletrônica transnacional interativa, um aparato da compressão do espaço-tempo unificador, em rede, dos espaços-globais fragmentados. O interesse pela internet era gramatical com os meus estudos sobre transnacionalidade que desembocaram em um ensaio, “A Condição da Transnacionalidade”, publicado pela primeira vez em 1997, onde reuni as características antropológicas, sociológicas, econômicas, culturais, sociais e políticas que poderiam caracterizar a existência do nível de integração transnacional. Mas, trabalhar com a internet permitiu uma contribuição original sobre o que denominei de a comunidade transnacional imaginada-virtual. A primeira vez que apresentei meus argumentos a esse respeito foi durante uma sessão do 93º. Encontro Anual da Associação Americana de Antropologia, em 1994, que colocou juntos a Homi Bhabha, Renato Rosaldo, Laura Nader, Lila Abu-Lughod e Clifford Geertz, dentre outros. Tive a honra de ter meu paper comentado por Geertz.

Três autores foram fundamentais na discussão sobre a comunidade transnacional imaginada-virtual. Primeiro, Benedict Anderson (1991) com o seu livro sobre a importância do *print capitalism* e da palavra impressa como meio de criação de comunidades imaginadas que se transformaram em Estados nacionais. Depois, os trabalhos de Allucquère Rosanne Stone (1992, 1994, 1995), especialista em tecnologias do virtual, para quem todos os meios de comunicação, não apenas os livros e a imprensa, são meios de criação de comunidades. Ao mesmo tempo, estava Néstor García Canclini (1990) que cunhou a idéia de um “espaço público eletrônico” criado pela mídia e que possibilitaria ao cidadão imaginar a totalidade de uma enorme e fragmentada metrópole como a capital mexicana. A convergência destas concepções me fez pensar que a internet e o que denominei de capitalismo eletrônico-informático estavam para o desenvolvimento de comunidades transnacionais imaginadas-virtuais, assim como a imprensa e o *print capitalism* estavam para o desenvolvimento de comunidades imaginadas nacionais (Ribeiro 1995a, 1996a, 1998c, 1998d). Em contraste com Anderson, cuja análise é retrospectiva, baseada na história da imprensa, minha interpretação é prospectiva, baseada em tendências e em analogias históricas e sociológicas sobre os efeitos dos meios de comunicação na criação de coletividades cada vez mais abrangentes. Adicionei o qualificativo “virtual” à comunidade transnacional imaginada diante da importância que as tecnologias da virtualidade ganharam nas últimas três décadas e da importância da virtualidade -- embutida em todos os meios de comunicação, inclusive na própria linguagem humana – para a criação de lugares que não estão aqui, mas que são importantes aqui (sobre estes assuntos veja, por exemplo, Baudrillard 1988, Featherstone e Burrows 1995, Kroker e

Weinstein 1994, Levy 1995, Stone 1992, 1994, 1995, Maldonado 1994, Quéau 1993, Rheingold 1993).

Foi estratégico pensar a internet como lugar privilegiado para estudar o transnacionalismo. O ciberespaço propicia um encolhimento do mundo que potencializa o surgimento de verdadeiras multidões globais, on-line. Por isso, uni a discussão sobre o nível de integração transnacional àquela sobre o surgimento e crescimento de uma sociedade civil global. Para mim, a internet, ao possibilitar a emergência da comunidade transnacional imaginada-virtual, torna-se também a base tecno-simbólica da sociedade civil global. Na introdução de um artigo sobre política cibercultural, um dos meus trabalhos mais conhecidos (Ribeiro 1998c, 2000d, 2003), afirmava o seguinte:

“Globalization, the information era and non-governmental organizations are highly-complex, much debated topics that may be considered as causes and results of many changes in political, social, cultural and economic contemporary life. I want to explore the entwining of these issues to shed light on the emergence of another dimension of political and cultural life, the emergence of the virtual-imagined transnational community that can be better understood through an analysis of cybercultural politics. My aim is to advance the existence of two powerful political dimensions: witnessing at a distance and activism at a distance. I locate my own discussion within a growing literature on global citizenship and planetary civil society; and on the impact of new technologies of communications on the formation of new subjectivities, collectivities, social, economic and institutional needs, ideologies, utopias and dystopias, flows of people, goods and information”.

Desenvolvi, então, as noções de “testemunho político a distância” e de “ativismo político a distância”, o poder virtual da opinião pública mundial, da comunidade transnacional imaginada-virtual. Em certo sentido, o testemunho a distância não é novo. Contudo, sob o império dos meios de comunicação massivos, na era da informação e da reprodução eletrônica dominadas pelo imediatismo da imagem e a circulação de simulacros, o testemunho a distância opera em um grau muito maior do que em qualquer momento anterior. Tornou-se uma poderosa arma política das sociedades de massas, incrementada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. A última a chegar neste cenário foi a rede global de computadores que, além de transmitir mensagens escritas e audiovisuais, é interativa e estimula a criação de diferentes comunidades transnacionais imaginadas e virtuais. Mas o testemunho a distância não deve ser concebido apenas como uma entidade flutuante, um elemento de uma economia moral, que apela à indignidade de indivíduos iluminados. Necessita transformar sua indignação em ações com impacto no mundo real. E isto é o que a internet permite: a existência do “ativismo a distância” com uma forte capacidade de intervenção no curso dos acontecimentos reais. São muitas as campanhas e mobilizações políticas que ocorrem internamente à internet, várias com eficácia e conseqüências políticas reais. Em uma operação paradóxica do ciberespaço, ele amplia a esfera pública e a ação política no mundo virtual e as reduz no mundo real.

Quando já me dava por satisfeito com minhas explorações sobre o papel e as conseqüências da internet no incremento do aumento da circulação global de informações, Néstor Garcia Canclini estimulou-me a continuar indagando sobre a importância deste meio na contemporaneidade convidando-me para uma conferência, em 2001, na Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, onde trabalha no México. Assim, levei adiante meus argumentos e criei a noção de “espaço-público-

virtual” (Ribeiro 2003, 2004a). Para desenvolver meu raciocínio neste artigo, inédito em português, contrastei a noção de *espaço-público-real* àquela de *espaço-público-virtual*, assim como a noção de esfera pública real à de esfera pública virtual (ou ciberesfera pública). Para mim, estas noções necessitavam ser entendidas em relação à existência do *espaço-público-em-geral*. Com efeito, hoje este espaço-público-em-geral deve ser pensado como composto pelo espaço-público-real e o espaço-público-virtual. Defini o espaço-público-virtual da seguinte maneira:

“A marca fundamental do espaço-público-virtual é, hoje, a co-presença eletrônica na internet, mediatizada por tecnologias de comunicação que veiculam, simultaneamente, a troca de informações emitidas em vários ou muitos lugares diferentes, para um número indefinido de atores interagindo em uma rede disseminada sobre o espaço. Para efeito de distinção com relação ao espaço-público-real, chamarei de tecnologicamente construída a linguagem do espaço-público-virtual. O espaço-público-virtual tanto pode ser um construtor de representações sobre uma totalidade social imaginada (incluindo a própria noção de comunidade transnacional imaginada-virtual), quanto pode favorecer a criação de múltiplas e fragmentadas comunidades virtuais. Deve ser entendido como um dos universos preferenciais de (re)produção do capitalismo eletrônico-informático com a sua emergente e hegemônica “classe virtual” (Kroker e Weinstein, 1994). Uma arqueologia do espaço-público-virtual passaria necessariamente por procedimentos sociais ou técnicos bem mais simples dos que os de hoje, destinados a fazer imaginar aqui a presença daquilo que não está aqui, e de transformar os indivíduos em membros de comunidades maiores, em parceiros de estranhos que, apesar de nunca conhecidos, necessitam ser imaginados como irmãos/semelhantes de modo que grandes coletividades possam existir e ser administradas por quadros administrativos centralizados”.

A noção de espaço-público-virtual também foi útil para dar continuidade à investigação da relação entre internet e a emergência da sociedade civil global. Orientei, assim, uma monografia de graduação sobre o uso que a *Amnesty International* e a *Human Rights Watch*, duas grandes ONGs de defesa dos direitos humanos, fazem da internet, assim como sua importância para articulações supranacionais, tanto internamente ao ciberespaço quanto em mega rituais globais como o Fórum Social Mundial (Bernhardt, 2005). Foi igualmente realizada uma pesquisa de graduação sobre os indymedia, os Centros de Mídia Independentes, movimento nascido das batalhas de rua em Seattle, em 1999, e que pretendem inundar o sistema mundial com outros mídiapanoramas (Farias, 2006). Na verdade, junto com uma pesquisa sobre o Movimento Passe Livre (Mendes, 2007), estes trabalhos fazem parte da minha linha de estudos “outras globalizações políticas”<sup>2</sup>. A importância da mídia na criação de comunidades imaginadas supranacionais também foi objeto de uma tese de doutorado orientada por mim sobre o papel dos rituais performados por diplomatas, políticos e jornalistas na construção de uma coletividade imaginada chamada Mercosul (Álvarez, 2000, sobre o Mercosul veja também Álvarez, 1995).

---

<sup>2</sup> Veja meu artigo “Other globalizations. Alter-native transnational agents and processes” (2006b) que, em 2007, recebeu um prêmio outorgado pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). A versão completa deste artigo, que inclui outras globalizações políticas e econômicas, foi publicada em japonês (2007f) e está por sair em espanhol no México (2008b).

Graças aos meus trabalhos sobre internet, em 2003 e 2004, fiz parte do *steering committee* do “Programa Tecnologia da Informação e Cooperação Internacional” do *Social Science Research Council* (Nova Iorque), o qual tinha dois grandes focos. O primeiro dizia respeito à relação entre tecnologias da informação e sociedade civil, especialmente no que tange ao uso da internet por parte de ongs em redes transnacionais. O segundo foco concernia os propósitos e objetivos mais amplos da internet. As redes internacionais de pesquisadores que iriam fazer parte do programa de pesquisa foram definidas em uma reunião na *London School of Economics*, em junho de 2003. Mais tarde, em dezembro de 2003, o comitê e todos os pesquisadores se encontraram em Genebra, em um *workshop* logo após a Cúpula sobre Sociedade da Informação que ocorreu naquela cidade suíça. Para ver a produção gerada pelo Programa consulte <http://www.ssrc.org/programs/itic/>. Até o presente, continuo envolvido com atividades vinculadas ao assunto. Sou membro fundador de uma iniciativa de alcance nacional, o Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (Liinc) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fui do comitê científico do seminário internacional “Desenvolvimento em questão: que sociedades da informação e do conhecimento?” que o Liinc produziu para agosto de 2006. Em março de 2008, uma orientanda minha (Nava Morales, 2008) defendeu sua dissertação de mestrado sobre a apropriação de uma política pública de “inclusão digital” entre os Pataxós, do sul da Bahia. Com frequência, sou convidado para participar em debates e em defesas de dissertações e teses sobre o tema realizadas em diferentes disciplinas (Dornelles, 2008; Pereira, 2007; Burgos, 2004; Burity, 2002; Medeiros, 2001; Andrade 1999; Rebouças, 1998).

### c. Cosmopolíticas e pós-imperialismo

Meu interesse sobre o aumento da circulação de informações em escala global, além de levar à discussão sobre transnacionalismo, desembocou também em uma preocupação pela compreensão de uma questão associada: o cosmopolitismo. Em função dos meus trabalhos sobre a condição da transnacionalidade, Ulf Hannerz convidou-me para escrever o verbete sobre cosmopolitismo da *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, da Elsevier. Este foi um esforço importante (Ribeiro 2001a, 2005), pois tive que sintetizar uma enorme gama de discussões, chegando à seguinte definição sucinta de cosmopolitismo:

“Cosmopolitanism is a western notion that epitomizes the need social agents have to conceive of a political and cultural entity, larger than their own homeland, that would encompass all human beings on a global scale. Cosmopolite in Ancient Greece meant citizen of the world. Cosmopolitanism presupposes a positive attitude towards difference, a desire to construct broad allegiances and equal and peaceful global communities of citizens who should be able to communicate across cultural and social boundaries forming a universalist solidarity. Its inclusive drive is most evident in moments of crisis or other modes of representing and ascribing membership to existing sociopolitical and cultural units. Much of the malaise and misunderstanding cosmopolitanism may provoke are related to its ambiguity, i.e. its unique way of uniting difference and equality, an apparent paradox of wishing to reconcile universal values with a diversity of culturally and historically constructed subject positions. The composition of the Greek term, cosmopolis, already indicates this unsolved tension: *cosmos*, a natural universal order, is related to *polis*, society’s variable

order. As a consequence, from the Greek democratic city-state to the global village, the idea of a cosmopolite has been haunted by questions such as *whose* world this is. Can homogeneous external expansionist forces coexist with heterogeneous localized ones? A truly cosmopolitan answer would imply a permanent interest in difference and the recognition that globals and locals depend on each other to exist” (2001: 2842).

Na seqüência, deparei-me com a noção de cosmopolíticas que foi central tanto para o aperfeiçoamento da minha discussão sobre “pós-imperialismo” quanto para um projeto que desenvolvi entre 2000 e 2005, com Arturo Escobar, da Universidade da Carolina do Norte, sobre “antropologias do mundo”. Ambas as iniciativas relacionam-se com a circulação de informações, desta vez em um universo muito próximo: a academia. A noção de cosmopolítica procura prover uma perspectiva crítica e plural sobre as possibilidades de formulações de discursos e de articulações supra e transnacionais. Ela é baseada, por um lado, nas evocações positivas associadas historicamente à noção de cosmopolitismo e, por outro lado, em análises nas quais assimetrias de poder são de fundamental importância (sobre cosmopolítica veja Cheah e Robbins, 1998; Ribeiro 2003). Cosmopolítica abrange discursos e modos de fazer política que se preocupam com seus alcances e impactos globais.

Como se nota nos meus trabalhos a respeito das representações sobre o Brasil e os brasileiros, sempre me preocuparam os ideogramas, etnogramas e mídiagramas que disseminam estereótipos ou taxonomias classificatórias no sistema mundial. Concordo com Edward Said (1994) para quem o poder de narrar ou de bloquear narrativas constitui uma das principais conexões entre cultura e imperialismo. Foi isso que me fez sentir mal quando, em pleno auge da influência do pós-colonialismo na academia norte-americana, ouvi, em 1999, em um encontro anual da Associação Americana de Antropologia, uma jovem professora classificar ao Brasil, na apresentação do seu trabalho, de país pós-colonial. Lembrei-me de que a fixação de discursos e imagens colonialistas também se faz através da ciência e da arte (Said, 1994: 12-13). Passei, então, a pensar que na América Latina seria um irônico anacronismo ser englobados por mais um modismo que despontava nos Estados Unidos e cuja recepção naquele país relacionava-se com o lugar influente que vários intelectuais indianos passaram a ocupar a partir da década de 1990. Nada contra a excelência dos intelectuais indianos, nem contra o pós-colonialismo como vertente crítica, fortemente inspirada em Gramsci, e que certamente reflete os contextos político-ideológicos de jovens nações, como a própria Índia, que há pouco mais de meio século, deixaram de ser colônias do Império Britânico. Neste ponto, mais do que somente no Brasil, passei a considerar a minha inquietude como pertinente para pensar a América Latina como um todo. Afinal, o século XIX havia sido o século pós-colonial propriamente dito na região.

“Pós-imperialismo” foi a noção que cunhei para travar um diálogo crítico com o pós-colonialismo. Afortunadamente, a primeira vez que a debati foi em uma conferência que dei no Museu de Antropologia da cidade do México, em 1999, em homenagem aos 60 anos do Instituto Nacional de Antropologia e História daquele país. Sua recepção positiva no México levou-me a abranger, de conformidade com minhas posições latino americanistas, a América Latina na minha discussão. Na verdade, pós-imperialismo, um rótulo que também expressa certa ironia, seria, para a América Latina, análogo ao que o pós-colonialismo significa para as ex-colônias britânicas. Mas, implicaria em um programa político-ideológico e acadêmico distinto, tendo em vista a geopolítica do conhecimento diferenciada da nossa inserção única no sistema mundial de produção

intelectual. Por exemplo, ao invés do esforço epistemológico e teórico do pós-colonialismo de “provincializar a Europa”, como quer Dipesh Chakrabarty (2000), no pós-imperialismo haveria que “provincializar os Estados Unidos”. Um dos objetivos do pós-imperialismo seria descolonizar a imagem que se tem dos Estados Unidos na América Latina. Para tanto, haveria que começar pelos ideogramas e mídiagramas disseminados a partir daquele país. Em grande medida, tal esforço implicaria uma reversão das posições de poder embutidas em práticas como as latino americanistas em que a América Latina é o objeto a ser conhecido e interpretado pelos sujeitos do conhecimento localizados nos EUA. Desta forma, parte do projeto pós-imperialista direciona-se à realização de pesquisas, por pesquisadores latino-americanos, de grandes centros importantes para a (re)produção da hegemonia norte-americana, tais quais, o Pentágono, Wall Street e Hollywood, visando à geração de conhecimentos com um sotaque latino-americano e marcados por problemáticas latino-americanas. São poucos os trabalhos feitos por brasileiros nos EUA com sujeitos de pesquisa norte-americanos; dentre eles destaco os esforços de Luís Roberto Cardoso de Oliveira (1989), Roberto Kant de Lima (1997), Flávia Lessa de Barros (2005), além de parte da minha própria pesquisa sobre o Banco Mundial, já mencionada. Até hoje, este ensaio sobre pós-imperialismo, que deu nome ao meu livro publicado na Espanha e na Argentina, é inédito em português. Meu livro em espanhol (Ribeiro, 2003) foi considerado na Argentina como “una mirada vertiginosa sobre tiempos vertiginosos” (Dezorzi, 2003) e na Espanha como “una contribución a la configuración de discursos e políticas contra-hegemónicas a la globalización capitalista” (Filella, 2004).

Para exemplificar um exercício de crítica pós-imperialista, remeto à necessária discussão sobre as ideologias multiculturalistas que são exportadas de centros anglo-saxões para todo o mundo. Preocupa-me, especialmente, sua recepção em países, como o Brasil, onde a mestiçagem criou uma paisagem e ideologias interétnicas complexas (Ribeiro 2003, 2005a). De fato, concluí que a

“inclusión, definida culturalmente, puede facilmente ... tornarse una cuestión de afirmar la diferencia, un tipo de política de identidad que no altera significativamente los modos a través de los cuales el poder político y económico se distribuye sino que reproduce, en otro nivel, la segmentación misma del sistema. La noción de cultura está históricamente marcada por diversos conflictos de inclusión/exclusión en unidades socio-políticas más amplias, especialmente cuando se trata del Estado-nación. El multiculturalismo según definido en el contexto norte-americano de construcción de un nuevo pacto nacional no puede ser trasladado mecánicamente a América Latina, sobretudo a países donde las ideologías de mestizaje fueron/son funcionales en la construcción/consolidación de la nación. La excepción para esta afirmación, evidentemente, se refiere a las poblaciones indígenas y negras que siguen luchando por permanecer distintas de las poblaciones nacionales englobadoras. Recordemos que las relaciones entre blancos y negros en Estados Unidos (la cuestión más profunda vinculada al multiculturalismo y a la acción afirmativa) se dan de acuerdo con una segmentación étnica rígida basada en una historia abierta de guerras y violencias institucionales. En el siglo XIX, la Guerra Civil, una de las grandes matanzas de la modernidad, generó heridas hasta hoy abiertas en aquel país. No hacen cuarenta años, ciudadanos negros que luchaban por sus derechos civiles eran muertos en las calles por las tropas; tenían su derecho de



votar negado o, como en estados del Sur, eran impedidos por ley de casarse con blancos” (Ribeiro, 2003: 47-48).

Continuei argumentando, dentre outros pontos, que não se pode negar as grandes diferenças entre situações como a estadunidense e a brasileira, por exemplo. Em um país de mestiços como o Brasil, existe um “mito da democracia racial”, da participação de índios, negros e brancos na cultura nacional, um mito antigo (em uma sociedade onde a desigualdade é claramente marcada pelo racismo) que fala do desejo por justiça social, mas por meio da linguagem da inclusão, da aceitação da condição mestiça, da canibalização das diferenças. Em um país como os Estados Unidos, hoje existe um “mito do multiculturalismo”, um mito novo que fala igualmente do desejo por justiça social, mas por meio da linguagem da separação, da delimitação das fronteiras étnicas nítidas que celebram as diferenças de origens em um país onde a condição de mestiço nunca se colocou maciçamente como realidade social, política e cultural. Na verdade, estamos falando da dinâmica de ideologias de exclusão e de inclusão que são, sempre, influenciadas por histórias específicas de como grandes coletividades manejam heterogeneidade e homogeneidade nos conflitos por poder em seus interiores. Há momentos em que parece, ironicamente, que pela via do multiculturalismo norte-americano chegaremos onde sempre estivemos no “mito da democracia racial” e, para muitos de nós na luta anti-racista, sem solucionar o problema do acesso aos benefícios da modernidade e do acesso ao poder para a grande multidão de despossuídos em nossos países.

Contudo, diante do fato inegável que no âmbito educacional, em países como o Brasil, por exemplo, mais se ensina sobre a Grécia Antiga do que sobre a África, considere que algumas políticas multiculturais, contextualizadas para a realidade brasileira, poderiam ser interessantes. Passei a falar, então, de multiculturalismo híbrido, isto é de um multiculturalismo que, crítico dos usos políticos relacionados aos discursos sobre mestiçagem e democracias raciais, reconheça, ao mesmo tempo, sua especificidade, isto é, as particularidades das relações interétnicas em um continente que não se envergonha de ser híbrido (Ribeiro, 2003), mas onde muito precisa ser feito para terminar com as gritantes desigualdades raciais.

#### d. Antropologias do mundo.

A crítica aos fluxos de informações no sistema mundial acabou por incorporar a própria antropologia como um todo. Aqui foi fundamental minha experiência, nos anos de 1992 a 1995, como membro internacional do conselho consultivo da *Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research* (Nova Iorque), a maior e mais tradicional fundação privada dedicada exclusivamente ao financiamento de pesquisas em antropologia. Neste conselho, percebi concretamente a falta de conhecimento que colegas da elite antropológica norte-americana tinham de outras antropologias no mundo. Passei, em um primeiro momento, a trabalhar para a divulgação da produção antropológica brasileira em inglês, o que me levou a editar um número duplo (1999/2000) da revista *Journal of Latin American Anthropology* composto exclusivamente de textos escritos por brasileiros. Paralelamente, propus, em 1995, a realização de um simpósio internacional da *Wenner-Gren Foundation* destinado a mostrar a diversidade da produção antropológica em escala global. A proposta foi recebida com entusiasmo pela então presidente da fundação, Sydel Silverman. Entretanto, só viria a se concretizar muitos anos mais tarde quando, após um encontro com Arturo Escobar em uma reunião da Associação Americana de Antropologia, em

2000, resolvemos organizar um simpósio. Escobar e eu já havíamos participado de outras iniciativas em comum e agora estávamos interessados em impulsionar a Rede de Antropologias Mundiais. Assim, em março de 2003, realizou-se o simpósio internacional *World Anthropologies: disciplinary transformations within systems of power*, em Podernone, Itália.

Os simpósios internacionais da Wenner-Gren são fóruns clássicos de discussão de tópicos de ponta da disciplina há mais de seis décadas. O simpósio na Itália contou com a presença de colegas de 16 universidades de diferentes países que apresentaram trabalhos sobre a antropologia na África, Austrália, Brasil, China, Espanha, França, Japão, Índia, México, Peru, Reino Unido e Rússia. A proposta do simpósio afirmava a necessidade de fornecer uma visão mais plural da antropologia numa conjuntura em que prevalece a hegemonia dos discursos anglo-saxões sobre diferença. Sua ideia inicial veio da percepção de que, em um mundo de globalização exacerbada, os antropólogos ainda não tinham consistentemente discutido a natureza da sua prática e suas mutações em escala global. Para Escobar e para mim, tal situação poderia estar ligada à crescente hegemonia internacional da antropologia norte-americana que tende a confundir sua própria crise com uma crise internacional. O simpósio foi uma oportunidade para estabelecer conversas entre antropólogos de várias regiões do mundo para avaliar a diversidade de relações entre antropologias regionais ou nacionais e um discurso disciplinar, atravessado por relações de poder.

*World Anthropologies* visou contribuir para a articulação de uma antropologia diversificada e mais ciente das condições sociais, epistemológicas e políticas da sua própria produção. O encontro tinha dois objetivos: a) examinar criticamente a disseminação da antropologia enquanto um conjunto cambiante de discursos e práticas ocidentais, internamente e através de campos nacionais de poder, e os processos através dos quais essa disseminação ocorre; e b) contribuir para o desenvolvimento de uma paisagem plural de antropologias que seja ao mesmo tempo menos formatada por hegemonias metropolitanas e mais aberta ao potencial heteroglóssico dos processos de globalização em marcha. Para nós, o simpósio se inscrevia no âmbito de uma antropologia crítica da antropologia destinada a descentrar, re-historicizar e pluralizar a disciplina. Era, então, preciso questionar não apenas os conteúdos, mas também os termos e condições dos intercâmbios antropológicos.

O simpósio resultou na publicação de um volume homônimo na Inglaterra e nos Estados Unidos (Ribeiro e Escobar, 2006). Foi realizada uma tradução para o espanhol que logo aparecerá no México e na Colômbia. A recepção deste livro tem sido positiva. Uma resenha na revista “Desacatos” do *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores de Antropología Social* (CIESAS – México) considerou que “esta é uma obra que todo antropólogo deveria ler. Trata-se de fazer antropologia das antropologias do mundo. De conhecer a complexidade, magnitude e variedade da prática de nossa disciplina” (Bueno, 2007: 238). Já uma resenha no *American Anthropologist* afirmou:

“Este livro faz uma contribuição vital e fascinante para conversações globais sobre *antropologias*, uma palavra mais apropriada, como apontam os autores, do que o singular *antropologia*. Ao invés de colocá-la como uma questão, o projeto representado por este volume reconhece a dimensão sempre política dos relatos antropológicos. O volume provê uma discussão altamente necessária das narrativas hegemônicas da história da disciplina e contribui para o registro das “histórias daquelas ‘antropologias sem história’” (p. 19) que são

consistentemente omitidas de textos que pretendem ser histórias completas da antropologia” (Kingsolver, 2007: 580).

Os debates gerados pela Rede de Antropologias Mundiais e pelo simpósio internacional da Wenner-Gren (veja, por exemplo, WAN Collective, 2003; Restrepo e Escobar, 2005; Heug Kim, 2005; Yamashita, 2005) geraram, por sua vez, resultados além da publicação do livro. O primeiro foi a consolidação e o crescimento da própria rede (veja [www.ram-wan.org](http://www.ram-wan.org)). O segundo se deu no plano institucional. Fui presidente da Associação Brasileira de Antropologia entre 2002 e 2004. Convencido de que a antropologia brasileira podia liderar um movimento por “outra globalização” dentro da própria disciplina, apresentei, em fevereiro de 2003, mais uma vez, ao então presidente da Wenner-Gren Foundation, Richard Fox, uma proposta. Tratava-se de reunir, no Brasil, poucos dias antes da realização da 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, em junho de 2004, catorze presidentes de associações nacionais e internacionais para discutir formas de incrementar a cooperação internacional entre os antropólogos. Fox logo percebeu o alcance da idéia e garantiu seu financiamento completo. Organizei, então, com Paul E. Little, o encontro *World Anthropologies: strengthening the international organization and effectiveness of the profession* que aconteceu em Recife, entre 9 e 14 de junho de 2004. Estiveram presentes os presidentes das associações da África do Sul, Austrália, Brasil, Canadá, França, Estados Unidos, Índia, Reino Unido e Rússia. A associação japonesa mandou seu diretor de relações internacionais. Os presidentes das seguintes associações internacionais também lá estiveram: Associação Européia de Antropólogos Sociais, Associação Latino-Americana de Antropologia, Associação Antropológica Pan-Africana e União Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas. Debatesmos modos mais democráticos de interação global, produção e disseminação de conhecimento.

A constatação, por todos, da importância da reunião e o seu entusiasmo demonstraram ser este o momento para criar modos mais horizontais e diversificados de interação e intercâmbio em nível global. Em consequência, o Conselho Mundial de Associações Antropológicas (*World Council of Anthropological Associations*) foi criado na reunião de Recife. O WCAA tem como objetivo principal promover intercâmbios mais diversos e equânimes entre antropologias e antropólogos em escala mundial (veja [www.wcaanet.org](http://www.wcaanet.org)). Na reunião de Recife, fui escolhido para ser o primeiro facilitador do Conselho Mundial. Empenhei-me, então, para criar o seu portal eletrônico e para difundir sua existência. Esta última tarefa não foi muito difícil pois o impacto da criação do WCAA foi objeto de uma seção especial no *Anthropology Newsletter*, o jornal da Associação Americana de Antropologia (veja Gledhill, 2005; Koizumi, 2005; Reuter, 2005; Ribeiro 2005b) e chamou a atenção de várias outras associações. Após a sua fundação em 2004, entraram para o Conselho as associações catalã, portuguesa, italiana, neozelandesa e mexicana. As associações argentina e finlandesa, assim como o *Royal Anthropological Institute* solicitaram ingresso, fazendo com que o número de membros crescesse marcadamente, em pouco menos de quatro anos.

Em virtude do meu engajamento neste movimento, passei a refletir mais consistentemente sobre a possibilidade de outros cenários globais para a prática antropológica. Escrevi, então, um artigo que já se encontra em português, inglês, francês e espanhol (Ribeiro, 2006c, 2006d, 2007d, 2007e). Aqui, de novo, a noção de cosmopolíticas foi central, pois considerei a antropologia como uma cosmopolítica, altamente sofisticada, uma vez que se trata de uma disciplina acadêmica. Para mim, a

antropologia é uma cosmopolítica ocidental que se consolidou como disciplina acadêmica formal no século XX internamente a um sistema universitário ocidental cada vez maior e em expansão mundo afora. Como outras cosmopolíticas, a antropologia reflete a dinâmica histórica do sistema mundial, principalmente aquelas relacionadas às estruturas de alteridades em âmbitos internacionais e nacionais. Entre as diversas implicações geradas pelo fato de encarar a antropologia como uma cosmopolítica, destacarei a insuficiência da história da antropologia acadêmica do Atlântico Norte para dar conta da história do conhecimento antropológico em escala global. Isso decorre não apenas das especificidades das histórias das antropologias em cenários nacionais diferentes, mas também do fato de que outras cosmopolíticas sobre diferença desenvolveram-se em outras regiões do mundo e configuraram uma variedade de conhecimentos parecidos com o que viria a ser conhecido como antropologia, a “disciplina acadêmica que fez seu primeiro aparecimento na região do Atlântico Norte” (Danda, 1995: 23). Quero sublinhar, ainda, as noções de provincianismo metropolitano e cosmopolitismo provinciano que elaborei para ajudar a pensar aquilo que Chakrabarty (2000) chamou de “ignorância assimétrica”, isto é o desconhecimento do que é feito nos centros não-hegemônicos e a canonização do que é feito nos centros hegemônicos internamente ao sistema mundial de produção acadêmica.

Tive a oportunidade de apresentar e discutir minhas idéias sobre “antropologias mundiais” para colegas em diferentes ocasiões. Primeiramente, fiz uma palestra em um dos seminários do Departamento de Antropologia da Universidade da Carolina do Norte, em agosto de 2004. Logo em seguida fiz uma conferência no seminário internacional “A donde va la antropología?”, em setembro de 2004, em comemoração aos 30 anos da Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, Cidade do México. Também me beneficieei da discussão desses temas com colegas da Sociedade Japonesa de Antropologia Cultural, em um seminário no Departamento de Antropologia da Universidade de Osaka, em fevereiro de 2005. Em julho do mesmo ano, estas idéias foram apresentadas como a conferência de abertura do Primeiro Congresso Latino-americano de Antropologia, em Rosário, Argentina. Ainda, em abril de 2006, debati essas idéias com os colegas portugueses no 5º Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, em Lisboa. Nos últimos dois anos continuei engajado no esforço de difundir “outras antropologias” em escala global. Organizei, por exemplo, com John Gledhill, presidente da Associação de Antropólogos Sociais do Reino Unido, uma sessão do Conselho Mundial de Associações Antropológicas sobre a imagem pública da antropologia em diferentes países, no congresso conjunto da Associação Sul-Africana de Antropologia, com a Associação Antropológica Pan-Africana e a União Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas, realizado em dezembro de 2006, em Cape Town, África do Sul. Outras sessões foram organizadas por mim para o congresso da Associação Americana de Antropologia de 2007 e, em 2008, para o congresso da Associação Européia de Antropólogos Sociais, em Ljubljana, Eslovênia, assim como para o congresso da União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas, em Kunming, China. A força dos argumentos sobre a importância da pluralidade da produção antropológica para o futuro da disciplina levou à Associação Americana de Antropologia a criar, em 2007, uma Comissão de Antropologias do Mundo, da qual sou membro. Sua tarefa é promover, junto aos antropólogos norte-americanos, o conhecimento de outras antropologias.

Além de trabalhar para a pluralização da antropologia global, continuo fazendo pesquisa empírica sobre a estruturação de campos políticos transnacionais através da circulação de pessoas e informação. De meados de 2005 até o final de 2007, coordenei,

com o apoio de um financiamento do Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, uma pesquisa, em parceria com Flávia Lessa de Barros, sobre a cooperação internacional e a sociedade civil no Brasil. Quem são esses atores globais que acabam estruturando campos de ações políticas, de governança global, que se reproduzem? Em que discursos globais se apóiam suas cosmopolíticas? As muitas dezenas de entrevistas feitas com lideranças de várias das principais ONGs do país localizadas em Brasília, Rio, São Paulo, Recife e Belém, serão a base para novas reflexões sobre a circulação de pessoas e informações nos circuitos globalizados do mundo contemporâneo.

#### V) CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES.

Ao longo destas últimas décadas, procurei fazer diversas contribuições teóricas e metodológicas para a compreensão da realidade social, econômica, cultural e política, sobretudo no que diz respeito ao estudo da globalização e do transnacionalismo. Mas também pretendi que meus estudos fossem, além de bons para pensar no meio acadêmico, úteis para diferentes tipos de pessoas. Minha leitura crítica sobre a construção de Brasília, também teve a intenção de registrar a experiência de milhares de trabalhadores anônimos que fizeram o grande esforço de construir a nova capital federal. Gosto de pensar que contribuí, com esta pesquisa, para que a memória desse momento vital na história brasileira do século XX não desaparecesse simplesmente no horizonte. Meus trabalhos sobre grandes projetos como uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos, assim como o estudo sobre Yacyretá, permitiram demonstrar que estas grandes obras não poderiam ser consideradas como projetos de “desenvolvimento”, uma vez que seus benefícios favoreciam os mais poderosos e penalizavam as populações locais, sobretudo as mais fragilizadas. Tanto este trabalho quanto minha crítica ao “desenvolvimento” como ideologia/utopia destinada a legitimar a expansão e o crescimento econômicos foram e continuam sendo lidos por muitos no movimento ambientalista e de defesa dos direitos de populações locais envolvidas por dramas desenvolvimentistas. Meu ensaio sobre a comunidade transnacional imaginada-virtual e a internet como base tecno-simbólica da sociedade civil global, assim como minhas concepções de testemunho e ativismo políticos a distância, têm servido de ponto de apoio para vários interessados, em diferentes lugares do mundo, em uma ordem global mais justa e democrática. Já meus escritos e atuação na discussão sobre antropologias do mundo têm servido para gerar novos espaços, redes e instituições, como o *World Council of Anthropological Associations*, que propugnam por um “sistema mundial de produção antropológica” (Kuwayama, 2004) mais plural e horizontal.

De fato, apesar de me sentir totalmente satisfeito com a vida acadêmica, procurei não me restringir apenas à chamada vida intramuros. Como penso que ser antropólogo é uma maneira de estar no mundo, uso, sempre que possível, meus conhecimentos para intervir em debates públicos. Daí ter escrito, várias vezes, para jornais e boletins de alcance maior ou menor sobre temas tão heterogêneos quanto a internacionalização da Amazônia, a morte de Lúcio Costa, o futuro de Brasília, ou a liberdade de cátedra, as eleições para reitor nas universidades públicas e o futuro das antropologias no mundo. Minha compreensão de que a antropologia é útil para fazer política e de que a política pode ser uma forma de mudar o mundo, tem me levado a atuar politicamente também internamente ao meu meio. Assim, sempre mantive um interesse por uma atuação no campo mais amplo da política científica. Fui, então, secretário-regional no Distrito

Federal da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre 1990 e 1992, período no qual realizei articulações políticas, junto aos poderes executivo e legislativo locais, que redundaram na criação, em 1992, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Minha colaboração com a Associação Brasileira de Antropologia data de 1979. Pude servir a ABA em diferentes diretorias e, por fim, tive a honra de ser seu presidente entre 2002 e 2004. Desde 1998, tenho participado de várias diretorias da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), onde atualmente sou membro do Comitê Acadêmico. Meu respeito pela universidade pública, levou-me a uma experiência de dois anos (1998-2000) como primeiro vice-presidente da Associação de Docentes da Universidade de Brasília – eleito em uma chapa de oposição à hegemonia sindical na UnB e no país. Fora do Brasil, além de conselheiro da *Wenner-Gren Foundation* (1992-1995) e da revista *Current Anthropology* (1996-1998), fui membro da direção da *Society for Latin American Anthropology* (1998-2001), uma seção da Associação Americana de Antropologia. Atualmente, estou na Comissão de Antropologias do Mundo da mesma associação. Nesta frente, fui o primeiro facilitador do *World Council of Anthropological Associations* (2004-2005) e, hoje, faço parte de sua secretaria executiva.

Meus vínculos acadêmicos com diferentes grupos no Brasil e no exterior refletiram-se na presença em 26 conselhos editoriais ou equivalentes: sete no Brasil, seis na Argentina, seis nos Estados Unidos, três na Colômbia, um no Chile, México, Portugal e França. Tenho sido honrado com convites para ser membro de comitês científicos de congressos internacionais, como o primeiro congresso latino americano de antropologia, em 2005 e o de Portugal, em 2006. Muito me honra também o fato de ser membro do Comitê de Avaliação Externo do *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social* (CIESAS), um centro de excelência com mais de 110 doutores em antropologia, no México.

Diferentes conferências de abertura ou *key-speeches* têm sido oportunidades ímpares para apresentar minhas idéias. De fato, ao longo deste percurso, divulguei meu trabalho em centenas de eventos, muitos deles de extensão. Foram cerca de 100 apresentações em quase 20 países na América Latina, América do Norte, Europa, África e Ásia, além de mais de 100 apresentações nos mais diversos centros acadêmicos brasileiros. Por outro lado, minha dedicação à docência reflete-se no número de cursos que dei para todos os níveis de graduação e pós-graduação, desde que me tornei professor universitário na Universidade Federal da Paraíba (1981-82) e em especial na Universidade de Brasília (a partir de 1988). Lecionei também em diferentes centros da América Latina (Argentina, Colômbia e México) tanto quanto para alunos de doutorado nos Estados Unidos quando visitei, para pós-doutoramento, a Universidade de Johns Hopkins. Em consequência da minha atividade docente, orientei 16 monografias de graduação, 13 dissertações de mestrado, 9 de doutorado, além de ter participado de 52 bancas de dissertações e teses em diferentes universidades e disciplinas no Brasil e fora dele.

A minha atividade acadêmica não foi em detrimento de atividades administrativas. Destaco o período em que fui Diretor do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos sobre a América Latina e o Caribe (CEPPAC-UnB), assim como coordenador do seu doutorado (1991-1992), tanto quanto quando fui Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e vice-chefe do Departamento de Antropologia da UnB (2000-2002). Em 2006, fundei o Laboratório de Estudos da Globalização e do Desenvolvimento (LEG – DAN/UnB) que coordeno com o objetivo de organizar e promover o conhecimento produzido sobre estes tópicos. Desde

dezembro de 2007, sou o Diretor do Instituto de Ciências Sociais da UnB, cargo do qual me afastei temporariamente, no princípio de março deste ano, tendo em vista minha candidatura neste concurso para professor titular.

## VI) EPÍLOGO

Escrever um memorial é uma oportunidade rara de realizar um exercício de auto-reflexão e de apresentação de uma trajetória. O autor, no processo de recolher papéis, perscrutar lembranças, procurar inteligibilidades e vetores em acontecimentos que, com frequência, são fortuitos, muitas vezes se emociona com o que encontra do passado. Aqui, uma carta de um antigo mestre; ali, um projeto malogrado; alguns já ficaram no caminho; outros nos acompanham há décadas. Tudo isso cria um sentimento de pertencer a uma geração, a um grupo de contemporâneos que vai se deslocando no tempo. Mas, haverá um fio condutor? O que dizer da trajetória daquele garoto de 23 anos que, entre os motivos de sua decisão de cursar o mestrado de antropologia da Universidade de Brasília, listava seu interesse por uma disciplina que podia contribuir para mudar o mundo? O presente exercício de encarar organizadamente o meu esforço por desvendar estruturas e ideologias de dominação, o meu interesse na atividade política no campo acadêmico, assim como a vontade de contribuir para um aperfeiçoamento da prática antropológica dentro e fora do Brasil, convenceu-me que continuo acreditando na capacidade da antropologia de mudar o mundo, na capacidade de persuasão do conhecimento academicamente embasado, da palavra e do pensamento.

## VII) REFERÊNCIAS

Abraham, Itty e Willem Van Schendel. 2005. "Introduction: the making of illicitness". In Willem Van Schendel e Itty Abraham (orgs.), *Illicit Flows and Criminal Things*, Bloomington: Indiana University Press, pp. 1-37.

Álvarez, Gabriel O. 1995. *Los Límites de lo Transnacional. Brasil y el Mercosur. Una Aproximación antropológica a los procesos de integración*, dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília.

2000 -----. *Mercosur Ritual. Diplomáticos y Políticos en la Política de Integración del Mercosur*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília.

Anderson, Benedict. 1991. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Edição revista. Londres: Verso.

Andrade, Erica Maria Teixeira de. 1999. "Estado, Internet e Sociedade. A Comunicação Estatal na era das Redes", dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Appadurai, Arjun. 1990. "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy". *Public Culture* 2 (2): 1-24.

Arruda, Aline Maria Thomé. 2007. “A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)”, dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas, da Universidade de Brasília.

Barabas, Alicia e Miguel Bartolomé. 1992. “Antropología y Relocalizaciones” *Alteridades* 2 (4): 5-15.

Barbosa, Lana da Costa Valmor. 2002. *Oratapipy. Do surgimento à explosão do turismo na Praia de Pipa-RN*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

Barros, Flávia Lessa de. 2005. *Banco Mundial e ONGs ambientalistas internacionais. Ambiente, desenvolvimento, governança global e participação da sociedade civil*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília.

Bartolomé, Miguel. 1992. “Presas y Relocalizaciones Indígenas en América Latina”. *Alteridades* (2 (4): 17-28.

Basch, Linda & Nina Glick Schiller, Cristina Szanton Blanc. 1994. *Nations Unbound. Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Langhorne, Gordon & Breach.

Baudrillard, Jean. 1988. *Selected Writings*. Stanford: Stanford University Press.

Bernhardt, Érica Maria Barroso. 2005. “ONGs de Direitos Humanos e a Construção da Sociedade Civil Global na Internet e no Fórum Social Mundial”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

Bianco, Bela Feldman e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.). 2003. *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília/Campinas/São Paulo, Editora da UnB, Editora da Unicamp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Bindá, Andréa Hávit. 1991. *Nativos e abastardos*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

----- . 1995. *Viajar é Mais*, dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília.

Bonacich, E. 1972. “A Theory of Ethnic Antagonism: the Split-Labor Market”. *American Sociological Review* 5: 533-547.

Bueno, Carmen. 2007. “Hegemonía o alternancia. Trayectorias glocales de la antropología”. *Desacatos* 25: 238-242.

Burgos, Maria de Fátima Borges. 2004. “Comunidades Virtuais e Novas Formas de Sociabilidade”, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, 2004.



Burity, Antônio Carlos Lopes. 2002. “Portal Rede Governo: a interatividade Estado e Cidadão”, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Cardoso de Oliveira, Luís Roberto. 1989. *Fairness and Communication in Small Claim Courts*. Tese de doutorado. Harvard University.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 2000. “Os (Des)caminhos da identidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (15) 42: 07-21.

Catulo, Maria Rosa. 1996. *Poder y Participación en Proyectos de Gran Escala. Análisis Comparativo de los Procesos de Relocalización por la Construcción de la Represa Hidroeléctrica Binacional Argentino-Uruguay de Salto Grande*, tese de doutorado, Programa de Doutorado Conjunto FLACSO/UnB em Estudos Comparativos sobre a América Latina e o Caribe.

Chakrabarty, Dipesh. 2000. *Provincializing Europe. Postcolonial thought and historical difference*. Princeton. Princeton University Press.

Chang, Hsiao-hung. 2004. “Fake logos, fake theory, fake globalization”. *Inter-Asia Cultural Studies* (5) 2: 222-236.

Cheah, Pheng e Bruce Robbins (orgs.). 1998. *Cosmopolitics. Thinking and Feeling Beyond the Nation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 20-41.

Clifford, James. 1997. *Routes. Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge. Harvard University Press.

Danda, Ajit K. 1995. *Foundations of Anthropology: India*. New Delhi, Inter-India Publications.

Dezorzi, Silvina. 2003. “Alternativas a la globalización”. *La Capital*, Rosario, 17 de agosto de 2003.

Dornelles, Jonatas. 2008. “Vida na Rede: uma análise antropológica da virtualidade”, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Escobar, Arturo. 1997. “Anthropology and Development”. *International Social Science Journal* 154: 497-515.

Faleiro, Rodrigo Paranhos. 1995. *Catedrais do Consumo: uma etnografia do Parkshopping*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

Farias, Danilo Pires. 2006. “Desaf(i)os da Rede Centro de Mídia Independente”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

- Featherstone, Mike e Roger Burrows (orgs.). 1995. *Cyberspace, Cyberbodies, Cyberpunk. Cultures of Technological Embodiment*. Londres: Sage Publications
- Ferradas, Carmen Alicia. 1995. Review of "Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina. The Yacyretá High Dam", by Gustavo Lins Ribeiro. *American Anthropologist* 97 (4): 836-837.
- Figueiredo, Breno Einstein. 2001. *De Feirantes da Feira do Paraguai a Micro-Empresários*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- Filella, Xavier. 2004. "Assaic". *Avui*, Barcelona, 26 de fevereiro de 2004.
- Fleischer, Soraya Resende. 2000. *Passando a América a Limpo. O trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachussets*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília.
- . 2002. *Passando a América a Limpo. O trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachussets*. São Paulo: Annablume.
- García, Analía M. e Hernán M. Palermo. 2007. "Reseña de El Capital de la Esperanza". *Intersecciones en Antropología* 8: 365-367.
- Garcia, Marie France. 1984. *Feira e Trabalhadores Rurais*. Tese de Doutorado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- García Canclini, Néstor. 1990. *Culturas Híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México. Grijalbo.
- Giddens, Anthony. 1984. *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.
- Gledhill, John. 2005. "Reinventing anthropology, anew". *Anthropology News*, Outubro 2005, (46) 7: 6-7.
- Gomes, Patrício Melo. 2000. *(Eco)turismo: uma (re)leitura dos discursos*, dissertação de mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.
- Hannerz, Ulf. 1996. "Cosmopolitans and Locals in World Culture." In *Transnational Connections*. London/New York: Routledge.
- Harvey, David. 1989. *The Condition of Post-Modernity*. Oxford. Basil Blackwell.
- Herzfeld, Michael. 2001. *Anthropology: theoretical practice in culture and society*. Malden/Oxford: Blackwell Publishers.

Heug Kim, Dong. 2005. "The Globalization of Anthropology. World Anthropologies Network". Trabalho apresentado na 5ª. Conferência Internacional sobre Diversidade nas Organizações, Comunidades e Nações, Beijing.

Höfs, Carolina Carret. 2003. "Becoming Vovó no Canadá. Gênero e I(denti)dade na Experiência Migratória". Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

Holston, James. 1993. *A Cidade Modernista*. São Paulo: Companhia das Letras.

Holtzman, Jon. 1999. *Nuer Journeys, Nuer Lives. Sudanese Refugees in Minnesota*. Needham Heights: Allyn and Bacon.

House, Kendall V. 1998. "Review of The Yacyreta High Dam: Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina, by Gustavo Lins Ribeiro 1994, Gainesville: University Press of Florida". *Journal of Political Ecology* 5: 67-70.

Kant de Lima, Roberto. 1997. *A Antropologia da Academia. Quando os Índios somos nós*. 2ª. edição. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

Kingsolver, Ann. 2007. "Book review". *American Anthropologist* 109 (3): 580-581.

Koizumi, Junji. 2005. "Pluralizing Anthropology". *Anthropology News*, Outubro 2005, (46) 7: 9.

Kroker, Arthur e Michael A. Weinstein. 1994. *Data Trash. The theory of the virtual class*. Nova York. St. Martin's Press.

Kuwayama, Takami. 2004. *Native Anthropology*. Melbourne: Trans Pacific Press.

Laclau, Ernesto. 1994. "Why do Empty Signifiers Matter to Politics?". In Jeffrey Weeks (org.), *The Lesser Evil and the Greater Good. The Theory and Politics of Social diversity*. Londres. Rivers Oram Press, pp.167-178.

Lévi-Strauss, Claude. 1973. "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss". In Marcel Mauss, *Sociologie et Anthropologie*, vol. I. Paris. Presses Universitaires de France, pp. IX-LII.

Little, Paul E. 1996. *Cosmografias Superpostas e Territórios Fractais*, tese de doutorado, Programa de Doutorado Conjunto FLACSO/UnB em Estudos Comparativos sobre a América Latina e o Caribe.

----- . 2001. *Amazonia: Territorial Struggles on Perennial Frontiers*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Machado da Silva, Luis Antônio. 1971. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, Rio de Janeiro.

Maldonado, Tomás. 1994. *Lo Real y lo Virtual*. Barcelona. Gedisa Editorial.

Marcus, George E. 1991. "Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial". *Revista de Antropologia* 34: 197-221.

Markowitz, Lisa. 1996. "Review of Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina: The Yacyreta High Dam, by Gustavo Lins Ribeiro 1994, Gainesville: University Press of Florida". *American Ethnologist* 23 (1): 183.

Mato, Daniel. 1996. "Procesos culturales y transformaciones socio-políticas en América 'Latina' en tiempos de globalización". In Daniel Mato, Maritza Montero, Emanuele Amodio (orgs.), *América Latina en tiempos de globalización: procesos culturales y transformaciones sociopolíticas*. Caracas: Centro Regional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe, pp. 11-47.

Medeiros, Assis Antônio Pereira. 2001. "*Hackers: uma análise descritiva sob a ótica da sociedade da informação*", dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Mendes, Elisa Rosas. 2007. "Por uma vida sem catracas! Um estudo sobre o movimento passe livre". Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

Menezes, Gustavo Hamilton de Sousa. 2002. *Filhos da Imigração: Sobre a Segunda Geração de Imigrantes Brasileiros nos EUA*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília.

Naím, Moisés 2005: *Illicit. How smugglers, traffickers, and copycats are hijacking the global economy*, New York: Doubleday.

Nascimento, Munich. 2006. "A Rua 25 de Março e a Imigração Sírio-Libanesa para São Paulo". 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

Nava Morales, Elena. 2008. "Apropriação de uma política pública de 'inclusão digital' entre os Pataxós de Coroa Vermelha, Bahia", dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Ortiz, César Pérez. 2004. *A Tríplice Fronteira Brasil/Argentina/Paraguai*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Pareschi, Ana Carolina Cambeses. 2002. *Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais*, tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília.

Pereira, Eliete da Silva. 2007. "Ciborgues indígen@s.br. A presença nativa no ciberespaço", dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, da Universidade de Brasília.

Quéau, Philippe. 1993. "O Tempo do Virtual". In André Parente (org.), *Imagem-Máquina. A Era das Tecnologias do Virtual*. Rio de Janeiro. Editora 34, pp. 91-99.

Rabossi, Fernando. 2004. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Dissertação de Doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rebouças, Andréa Maia. 1998. "O Indivíduo na Sociedade da Informação Globalizada: Estudo sobre a transição do emprego à empregabilidade com foco na privatização da Telebrás", dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Restrepo, Eduardo e Arturo Escobar. 2005. "Other Anthropologies and Anthropology Otherwise. Steps to a World Anthropologies Framework". *Critique of Anthropology* 25 (2): 99-128.

Reuter, Thomas. 2005. "Towards a global anthropology". *Anthropology News*, Outubro 2005, (46) 7: 7-8.

Rheingold, Howard. 1993. *The Virtual Community. Homesteading on the Electronic Frontier*. Nueva York. Harper Perennial.

Ribeiro, Gustavo Lins. 1976. *O país que está roubando os amendoins*. Monografia de graduação, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

----- . 1980. *O Capital da Esperança. Brasília, estudo sobre uma grande obra da construção civil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília.

----- . 1980a. "Arqueologia de uma cidade". In *Brasília Anos 20*. Brasília: Ágil.

----- . 1982. "Arqueologia de uma cidade". *Espaço e Debates* no. 5: 113-124, Cortez Editora, São Paulo.

----- . 1985. "Proyectos de Gran Escala: Hacia un Marco Conceptual para el Análisis de una Forma de Producción Temporária". In Leopoldo Bartolomé (org.), *Relocalizados: Antropología Social de las Poblaciones Desplazadas*. Buenos Aires: IDES, pp. 23-47.

----- . 1987. "Cuanto Más Grande Mejor? Proyectos de Gran Escala, una Forma de Producción vinculada a la expansión de Sistemas Económicos". *Desarrollo Económico* no. 105, Abril-Mayo-Junio: 3-27, Buenos Aires.

----- . 1990. "Militares, Antropologia e Desenvolvimento", Série Antropologia e Indigenismo, *Projeto Calha Norte: Militares, Índios e Fronteiras*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, pp. 87-96.

----- . 1990a. "Latin America and the Development Debate". *Indian Journal of Social Science* Vol. III, no. 2, New Delhi, pp. 271-295.

----- . 1991. *Empresas Transnacionais. Um grande projeto por dentro*. São Paulo/Rio de Janeiro, Marco Zero/ANPOCS.

----- . 1991a. "Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Utopia /Ideologia do Desenvolvimento". *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, n. 34: 59-101.

----- . 1992. "Acampamento de Grande Projeto. Uma Forma de Imobilização da Força de Trabalho pela Moradia". In Aldo Paviani (org.) *A Conquista da Cidade - Movimentos Populares em Brasília*, Editora da Universidade de Brasília, pp. 25-53.

----- . 1992a. "Bichos-de-Obra. Fragmentação e Reconstrução de Identidades". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* no. 18: 30-40.

----- . 1994. "Bichos-de-Obra. Fragmentación y Reconstrucción de Identidades en el Sistema Mundial". In Pablo Ciccolella, Elsa Laurelli, Alejandro Rofman y Luis Yanes (orgs.), *Integración Latinoamericana y Territorio. Transformaciones Políticas y Ambientales en el Marco de las Políticas de Ajuste*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires e Ediciones CEUR, pp. 141-171.

----- . 1994a. *Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina. The Yacyretá High Dam*. Gainesville: University Press of Florida.

----- . 1995. "Ethnic Segmentation of the Labor Market and the 'Work Site Animal.' Fragmentation and Reconstruction of Identities within the World System". In Jane Schneider e Rayna Rapp (orgs.), *Uncovering Hidden Histories*. Berkeley: University of California Press, pp. 336-350.

----- . 1995a. "Internet e a Emergência da Comunidade Transnacional Imaginada". *Revista Sociedade e Estado* X (1): 181-191, Brasília, Jan/jun.

----- . 1996. "Macunaíma. Ser e Não Ser, eis a questão". In George Zarur (org.), *Etnia y Nación en América Latina*, Vol. II. Organização dos Estados Americanos: Washington, D.C., pp. 113-131.

----- . 1996a. "Internet e a Comunidade Transnacional Imaginada/Virtual". *Interciencia. Revista de Ciencia y Tecnología de América*, Caracas, 21 (6): 277-287.

----- . 1998. "Goiânia, Califórnia. Vulnerabilidade, Ambigüidade e Cidadania Transnacional". *Série Antropologia* 235, Universidade de Brasília.

----- . 1998a. "O que faz o Brasil, *Brazil*. Jogos Identitários em San Francisco". *Série Antropologia* 237. Universidade de Brasília.

----- . 1998b. "Identidade Brasileira no Espelho Interétnico. Essencialismos e Hibridismos em San Francisco". *Série Antropologia* 241. Universidade de Brasília.

----- . 1998c. "Cybercultural Politics. Political Activism at a Distance in a Transnational World". In Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.),

*Cultures of Politics/Politics of Cultures. Revisioning Latin American Social Movements.* Westview Press: Boulder (Colorado), pp. 325-352.

----- 1998d. "Internet e a comunidade transnacional imaginada-virtual". In João Cezar de Castro Rocha (org.), *Interseções: a materialidade da comunicação*. Rio de Janeiro: Imago/UERJ, pp. 119-133.

----- 1999. "Arqueologia de uma Cidade". In Ellen F. Woortmann, Maria Lais Mousinho Guidi, Maria Regina de L. Prazeres Moreira (orgs.), *Respeito à diferença. Uma introdução à antropologia*. Brasília: CESPE, pp. 79-88.

----- 1999a. *Capitalismo Transnacional y Política Hidroenergética en la Argentina. La Represa Hidroeléctrica de Yacyretá*. Posadas: Editorial de la Universidad Nacional de Misiones, Argentina.

----- 1999b. "A Condição da Transnacionalidade". *Revista Brasiliense de Políticas Comparadas* III (1): 117-146.

----- 1999c. "O que faz o Brasil, *Brazil*. Jogos Identitários em San Francisco". Republicado em Rossana Rocha Reis e Teresa Sales (Orgs.) *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial.

----- 1999d. "Tecnotopia versus Tecnofobia. O Mal-Estar no Século XXI". *Humanidades* 45: 76-87, Brasília.

----- 1999-2000. "Macunaima: to be and not to be, that is the question". *Journal of Latin American Anthropology* 4 (2) – 5 (1): 60-77, Washington D.C.

----- 2000. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

----- 2000a. "Goiânia, Califórnia. Vulnerabilidade, Ambiguidade e Cidadania Transnacional". *Teoria e Sociedade* no. 6: 62-93.

----- 2000b. "Lo que Hace al Brasil, *Brazil*. Rituales identitarios en San Francisco". *Revista Colombiana de Antropología* 36 (enero-diciembre 2000): 84-111.

----- 2000c. "Tecnotopia versus tecnofobia. El malestar en el siglo XXI". *Avá Revista de Antropología* 1 (Abril 2000): 45-56, Argentina.

----- 2000d. "Política Cibercultural. Ativismo Político a Distância em um Mundo Transnacional". In Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latinos-Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, pp. 465-502.

----- 2001. "Planeta Banco: Diversidad étnica en el Banco Mundial". In Daniel Mato (org.), *Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones Sociales en Tiempos de Globalización* 2. Buenos Aires/Caracas: CLACSO-UNESCO, pp. 103-118.

- . 2001a. “Cosmopolitanism”. *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*: (4) 2842-45. Elsevier: Londres.
- . 2002. “Tropicalismo e Europeísmo. Modos de representar o Brasil e a Argentina”. In Alejandro Frigerio e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.), *Argentinos e Brasileiros. Encontros, Imagens e Estereótipos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, pp. 237-264.
- . 2002a. “Diversidad Étnica en el Planeta Banco: Cosmopolitismo y Transnacionalismo en el Banco Mundial”. *Nueva Sociedad* (Marzo-Abril 2002) 178: 70-88, Caracas.
- . 2002b. “Power, Networks and Ideology in the Field of Development”. In Carlos Lopes, Khalid Malik e Sakiko Fukuda-Parr (orgs.), *Capacity for Development: new solutions to old problems*. Londres: Earthscan, pp. 168-184.
- . 2003. *Postimperialismo*. Barcelona/Buenos Aires: Gedisa.
- . 2003a. “Identidade Brasileira no Espelho Interétnico. Essencialismos e Hibridismos em San Francisco”. In Parry Scott e George Zarur (orgs.), *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- . 2004. “Tropicalismo y Europeísmo. Modos de Representar al Brasil y a la Argentina”. In Alejandro Grimson, Gustavo Lins Ribeiro e Pablo Semán (orgs.), *La Antropología Brasileña Contemporánea. Contribuciones para un diálogo latino americano*. Buenos Aires: Prometeo.
- . 2004a. “El Espacio-público-virtual”. In Néstor Garcia Canclini (org.), *Reabrir Espacios Públicos. Políticas Culturales y Ciudadanía*. Universidad Autónoma Metropolitana/Plaza y Valdés Editores: Cidade do México/Barcelona, pp. 59-102.
- . 2004b. “Cultura, Direitos Humanos e Poder”. In Alejandro Grimson (org.), *La Cultura en las Crisis Latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO Libros, 2004, pp. 217-235.
- . 2004c. “Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico”. In Claudia Fonseca, V. Terto e C. F. Alves (orgs.), *Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, pp. 29-51.
- . 2005. “Cosmopolitanism”. *Vibrant. The on-line journal of the Association of Brazilian Anthropology* 2 (1-2): 14-23.
- . 2005a. “O Mestiço no Armário e o Triângulo Negro no Atlântico. Para um multiculturalismo híbrido”. *Horizontes Antropológicos* (11) 23: 228-231.
- . 2005b. “A Different Global Scenario in Anthropology”. *Anthropology News* Outubro 2005, (46) 7: 5-6.



- . 2006. *El Capital de la Esperanza. La construcción de Brasília según sus trabajadores*. Buenos Aires: Editorial Antropofagia.
- . 2006a. “Arqueologia de uma Cidade”. In Ikunori Sumida (org.), *O Problema da Urbanização e o Papel da Política no Brasil Contemporâneo*. Quioto: Instituto de Estudos de Língua e Paz da Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto.
- . 2006b. “Other Globalizations. Alter-native transnational processes and agents”. *Série Antropologia* no. 389, Universidade de Brasília.
- . 2006c. “Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 21 (60): 147-165.
- . 2006d. “World Anthropologies: Cosmopolitics for a new global scenario in anthropology”. *Critique of Anthropology* 26 (4): 363-385.
- . 2007. “El sistema mundial no hegemónico y la globalización popular”. *Anuario de Estudios en Antropología Social* 2006: 7-19, Buenos Aires.
- . 2007a. “Poder, redes e ideología en el campo del desarrollo”, *Tabula Rasa* 6, Janeiro-Junho 2007: 173-193, Bogotá.
- . 2007b. “Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento”. In Kelly Cristiane da Silva e Daniel Schroeter Simião (orgs.), *Timor-Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007, pp. 275-299.
- . 2007c. “Cultural diversity as a global discourse”. *Série de Antropologia* no. 412, Universidade de Brasília.
- . 2007d. “Anthropologies du monde: cosmopolitique pour un nouveau scénario mondial en anthropologie”. *Journal des Anthropologues* 110-111: 27-51.
- . 2007e. “Antropologías Mundiales. Cosmopolítica, poder y teoría en Antropología”. In Angela Giglia, Carlos Garma e Ana Paula de Teresa (orgs.), *A Donde va la antropología?*, México, Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, pp. 59-82.
- . 2007f. “Other Globalizations: alter-native transnational processes and agents” (em japonês). *Transnationality Studies*. Osaka, Universidade de Osaka, 2007, pp. 49-108.
- . 2008. *O capital da esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília (no prelo).
- . 2008a. “Populaere Globalisierung”. In Fernand Kreff, Eva-Maria Knoll e Andre Gingrich (orgs.): "Handbuch Globalisierung: Anthropologische und sozialwissenschaftliche Zugaenge zur Praxis". Frankfurt, Edition Suhrkamp (no prelo).
- . 2008b. “Otras Globalizaciones. Procesos y agentes transnacionales alter-nativos”, *Alteridades* 33, janeiro-junho 2008 México.

Ribeiro, Gustavo Lins e Paul E. Little. 1997. “Neoliberal Recipes, Environmental Cooks. The Transformation of Amazonian Agency”. In Lynne Philipps (org.), *The Third Wave of Modernization in Latin America: Cultural Perspectives on Neoliberalism*. Wilmington, DE: Scholarly Resources Press, Jaguar Series, pp. 175-191.

Ribeiro, Gustavo Lins e Arturo Escobar (orgs.). 2006. *World Anthropologies. Disciplinary Transformations within systems of power*. Oxford, Nova Iorque: Berg Publishers.

Rocha, Rachel Dubard de Moura. 2007. “Nem daqui, nem da China. Um estudo antropológico sobre identidades multifacetadas dos migrantes chineses na Feira dos Importados, Brasília, D.F.”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

Rothstein, Frances Abrahamer e Michael L. Blim. 1992. *Anthropology and the Global Factory. Studies of the New Industrialization in the Late Twentieth Century*. New York. Bergin & Garvey.

Said, Edward W. 1994. *Culture and Imperialism*. Nova York: Alfred A. Knopf.

----- . 2001. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Salah, Mohammed. 2002. “La mondialisation vue de l’Islam”. *Archives de philosophie du droit (La mondialisation entre illusion et utopie)* (47): 27- 54.

Santos, Selma Cristina. 2005. *A Cidade de Tiros (MG) e a Emigração para os Estados Unidos*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Santos, Silvio Coelho dos. 1992. “Presas y cuestiones socioambientales en el Brasil”. *Alteridades* 2 (4): 31-37.

Sigaud, Lygia. 1972. *A Nação dos Homens: uma análise regional de ideologia*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ).

Sklair, Leslie. 1991. *Sociology of the Global System*. Baltimore. The Johns Hopkins University Press.

Souza, Angelo José Sátyro de. 2000. *Feira do Paraguai: Território e Poder. História e Memória*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

Souza, Yoko Nitahara - “Dekassegui: representações e falas de nipo-brasileiros em Londrina (PR)”. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia - Universidade de Brasília.

Steward, Julian H. 1972. *Theory of Culture Change. The Methodology of Multilinear Evolution*. Urbana e Chicago. University of Illinois Press.

Stone, Allucquère Roseanne. 1992. "Virtual Systems". In Jonathan Crary & Sanford Kwinter (orgs.), *Incorporations*. Nova Iorque: Zone. pp. 609-621

----- . 1994. "Will the Real Body Please Stand Up?: Boundary stories about Virtual Cultures". In Michael Benedikt (org.), *Cyberspace: first steps*. Cambridge: The MIT Press. pp. 81-118. Primeira edição 1991.

----- . 1995. *The War of Desire and Technology at the Close of the Mechanical Age*. Cambridge. The MIT Press.

Velho, Otávio G. 1980. "Antropologia para Sueco Ver". *Dados. Revista de Ciências Sociais* 23 (1): 19-91.

Verdum, Ricardo. 2006. *Etnodesenvolvimento: Nova/velha utopia do indigenismo*, tese de doutorado, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, da Universidade de Brasília.

Wallerstein, Immanuel. 1974. *The Origin of the Modern World System*. Nova Iorque: Academic Press.

WAN Collective. 2003. "A Conversation about a World Anthropologies Network". *Social Anthropology* 11(2): 265-269.

Wolf, Eric R. 1982. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press.

----- . 1991. "Prefácio". In Gustavo Lins Ribeiro, *Empresas Transnacionais. Um grande projeto por dentro*. São Paulo/Rio de Janeiro: Marco Zero/ANPOCS.

Yamashita, Shinji. 2005. "Somewhere in between. Toward an interactive anthropology in a World Anthropologies project". Trabalho apresentado na reunião anual da *Anthropology of Japan in Japan*.

\*\*\*\*\*

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**  
**Últimos títulos publicados**

413. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas. 2007.
414. RAMOS, Alcida Rita. Do Engajamento ao Desprendimento. 2007
415. COELHO DE SOUZA, Marcela Stockler. A dádiva indígena e a dívida antropológica: o patrimônio cultural entre direitos universais e relações particulares. 2007.
416. KNÖRR, Jacqueline. Creole Identity and Postcolonial Nation-Building. Examples from Indonesia and Sierra Leone. 2007.
417. SMILJANIC, Maria Inês. Da Observação à Participação: reflexões sobre o ofício do antropólogo no contexto do Distrito Sanitário Yanomami. 2008.
418. BAINES, Stephen Grant. Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da Constituição de 1988. 2008.
419. MACHADO, Lia Zanotta. Os novos contextos e os novos termos do debate contemporâneo sobre o aborto. A questão de gênero e o impacto social das novas narrativas biológicas, jurídicas e religiosas. 2008.
420. SAUTCHUK, Carlos Emanuel. *Comer a farinha, desmanchar o sal*: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. 2008.
421. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. O Material, o Simbólico e o Contra-intuitivo: Uma trajetória reflexiva. 2008.
422. RIBEIRO, Gustavo Lins. Do Nacional ao Global. Uma Trajetória. 2008.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Brasília

70910-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 3348-2368

Fone/Fax: (61) 3273-3264/3307-3006

E-mail: [dan@unb.br](mailto:dan@unb.br)

A Série Antropologia encontra-se disponibilizada em arquivo pdf no link: [www.unb.br/ics/dan](http://www.unb.br/ics/dan)

**Série Antropologia** has been edited by the Department of Anthropology of the University of Brasilia since 1972. It seeks to disseminate working papers, articles, essays and research fieldnotes in the area of social anthropology. In disseminating works in progress, this Series encourages and authorizes their republication.

ISSN print format: 1980-9859

ISSN electronic format: 1980-9867

1. Anthropology 2. Series I. Department of Anthropology of the University of Brasilia

We encourage the exchange of this publication with those of other institutions.

**Série Antropologia Vol. 422**, Brasilia: DAN/UnB, 2008.